



# UNDAF ANGOLA

## 2009-2013

Vantagem Comparativa do Sistema das Nações Unidas em Angola:

O UNCT em Angola apoia a concepção de políticas e a sua implementação através da prestação de assistência técnica e desenvolvimento de capacidades no âmbito da concretização dos ODMs





## ÍNDICE

PREÂMBULO .....	4
PREFÁCIO .....	5
RESUMO EXECUTIVO .....	6
Secção 01: Introdução:	
1.1 Antecedentes .....	8
1.2 A Abordagem do UNDAF .....	11
1.3 Princípios Orientadores .....	12
1.4 A vantagem comparativas das Nações Unidas .....	12
1.5 Lições aprendidas com o UNDAF 2005-2008 .....	13
Secção 02: Resultados do UNDAF .....	14
2.1 Estratégia do UNDAF .....	14
2.2 Resultados do UNDAF .....	15
2.3 Área de Apoio 1: Governação, Justiça e Dados para o Desenvolvimento .....	16
2.4 Área de Apoio 2: Sectores Sociais .....	19
2.5 Área de Apoio 3: HIV/SIDA .....	21
2.6 Área de Apoio 4: Desenvolvimento Económico Sustentável .....	22
Secção 03: Parcerias .....	24
Secção 04: Implementação e Coordenação .....	25
4.1 Desenvolvimento de Capacidades .....	26
4.2 Programas Conjuntos .....	26
4.3 Mecanismos de Gestão do UNDAF .....	26
4.3.1 Comité Coordenador do UNDAF .....	27
4.3.2 O UNCT .....	27
4.3.3 Equipa de Gestão do Programa .....	27
4.3.4 Grupos Temáticos .....	27
4.3.5 Comité de Resultados do UNDAF .....	27
4.3.6 Operações .....	28
4.3.7 Estratégia de Comunicação .....	28
Secção 05: Recursos .....	29
5.1 Recursos Necessários .....	29
Secção 06: Acompanhamento e Avaliação .....	30
6.1 Antecedentes .....	30
6.2 Enquadramento .....	30
6.3 Coordenação e Estrutura dos M&E .....	31
6.4 Processo de M&E .....	31
ANEXOS	
ANEXO I : Matriz de Resultados .....	33



## SIGLAS E ABREVIATURAS

---

ACSD	Sobrevivência das Crianças e Desenvolvimento em África
ARV	Anti-retroviral
SGEI	Sistemas de Gestão de Educação e Informação
SAP	Sistema de Aviso Prévio
FAO	Fundo das Nações Unidas para a Alimentação
FG	Fundo Global
IBEP	Inquérito sobre o Bem-Estar da População
HRBP	Abordagem à Programação com Base nos Direitos Humanos
IEC	Informação, Educação e Comunicação
IFAD	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
OIM	Organização Internacional das Migrações
RIIR	Redes Integradas de Informação Regional
RTILDs	Redes Tratadas com Insecticida de Longa Duração
OCV	Órfãos e crianças vulneráveis
QUIB	
PTMF	Prevenção da transmissão da mãe para o filho
SR	Saúde reprodutiva
SSRI	Secção de Saúde Reprodutiva e Infantil
SICA	Sistema de Indicadores da Criança Angolana
ITSs	Infecções transmitidas por via sexual
ONUSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV e SIDA
PNUD	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
UNGASS	Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas
ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNIDO	Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas
VNU	Voluntários das Nações Unidas
CAV	Certificado de Avaliação de Vulnerabilidade
AMV	Análise e Mapeamento de Vulnerabilidades
ATV	Aconselhamento e Testes Voluntários
WASH	Água, Saneamento e Higiene
WATSAN	Água e Saneamento
PAM	Programa Alimentar Mundial



## PREÂMBULO

---

O actual Quadro de Assistência das Nações Unidas (UNDAF) 2009-2013 constitui o quadro de planeamento das Nações Unidas em Angola no seu apoio às prioridades nacionais do Governo. O UNDAF encontra-se substancialmente harmonizado, nomeadamente em termos de ciclo programático, com o Plano Nacional de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013].

Pretende satisfazer as necessidades dos angolanos à medida que o país atravessa uma fase de crescimento económico sem precedentes. Um forte desempenho nas dimensões macroeconómicas, tem-se traduzido num impacto significativo nos sectores sociais. O investimento no sector social aumentou substancialmente e atinge actualmente os 30%. Para além disso, o Governo, no seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo, sublinhou a necessidade de um crescimento mais rápido e mais inclusivo.

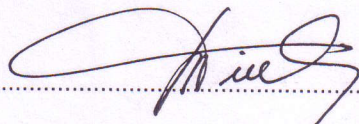
Em coerência com a agenda de reformas das Nações Unidas, o UNDAF constitui um contributo prático e fundamental para se almejar uma maior harmonização e integração do sistema das Nações Unidas em cada país.

Através do UNDAF, o Governo de Angola e o Grupo de Chefes de Agências das Nações Unidas em Angola (UNCT) comprometem-se a concretizar os valores e os princípios contemplados na Declaração do Milénio e nos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODMs).

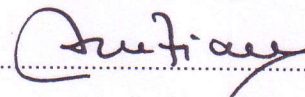
Este documento é o resultado de uma discussão entre o Sistema das Nações Unidas e o Governo e representa a cooperação e o compromisso das Nações Unidas em apoiar o Governo na implementação do seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] e particularmente em: i) Melhorar a qualidade das condições de vida e o Desenvolvimento Humano dos Angolanos, erradicando a fome e a pobreza e promovendo níveis adequados de educação e saneamento; ii) Promover a unidade e a coesão nacionais e a consolidação da democracia e das suas instituições, e; iii) Assegurar um desenvolvimento económico sólido e sustentável, com estabilidade macroeconómica, transformação e diversificação das estruturas económicas, bem como assegurar a liberdade e os direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil. Por conseguinte, a implementação efectiva do UNDAF contribuirá para a concretização tanto do Plano do Governo de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] como do Plano do Governo de Desenvolvimento a Longo Prazo; documentos em processo de elaboração.

A ONU está empenhada em reforçar a apropriação nacional do processo de desenvolvimento e reforçar a eficácia das ajudas.

Através deste UNDAF, exprimimos o nosso compromisso em promover uma cooperação sólida e eficaz e uma parceria efectiva entre as Nações Unidas e o Governo de Angola tendo em vista os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM).



Jocelline Bazile-Finley  
Coordenadora Residente e Humanitária da ONU e  
Representante Residente do PNUD



Ana Dias Lourenço  
Ministra do Planeamento  
República de Angola

14.MAI.2009





## PREFÁCIO

O Grupo de Chefes de Agências das Nações Unidas em Angola (UNCT) está empenhado em apoiar o Governo de Angola na implementação do seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013]; draft. As Nações Unidas irão trabalhar em estreita colaboração com o Governo e outros parceiros de desenvolvimento para a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. A ONU reconhece o enorme potencial da população angolana e está empenhada em promover a concretização dos ODMs conforme acordado pela comunidade internacional e à qual Angola juntou a sua voz. As Nações Unidas em Angola disponibilizarão os seus conhecimentos especializados em várias áreas programáticas e comprometem-se com o Governo na expansão do diálogo construtivo com todos os parceiros, incluindo a sociedade civil, na criação e consolidação da participação activa de todos os segmentos da sociedade angolana no desenvolvimento nacional.

A resposta colectiva de todas as agências das Nações Unidas, através do UNDAF, reflecte o empenho de cada uma delas para com a concretização do bem estar da população, reconhecendo a necessidade de esforços constantes para se chegar aos grupos mais vulneráveis, em áreas remotas, de modo a apoiar a realização dos seus direitos. A ONU continuará a reforçar o seu programa para acompanhar a estratégia do Governo para reduzir a pobreza e assegurar um desenvolvimento sustentável para todos e deseja apoiar uma série de objectivos e metas de desenvolvimento já acordados nas principais conferências e cimeiras das Nações Unidas.

As Nações Unidas apoiam os esforços do Governo de Angola através da optimização do funcionamento e do impacto do sistema da ONU com uma resposta inclusiva, coerente e coordenada às necessidades, prioridades e objectivos de Angola.

Nós, abaixo assinados, enquanto membros do Grupo de Chefes de Agências Nações Unidas em Angola, comprometemo-nos a trabalhar com o Governo e os seus parceiros da comunidade de desenvolvimento na concretização destes resultados.

Dr. Diosdado Nsue Milang  
Representante da OMS

Sr. Bohdan Nahajlo  
Representante do ACNUR

### Agência Não Residentes

Sr. Sall Tamsir  
Coordenador do ONUSIDA

Sra. Nacro Kourtoum  
Representante do FNUAP

Sr. Stefano Bologna  
Representante da UNIDO

Sra. Gita Welch  
Repr. Interina da FAO

Sra. Gita Welch  
Directora do PNUD

Sr. Mustapha Darboe  
Director Regional do PAM

Sra. Katharina Schnöring  
Representante da OIM

Sr. Geofff Wiffin  
Repr. Interino do UNICEF

Sr. Edem Adubra  
Interino da UNESCO Cluster

Jocelline Bazile-Finley  
Coordenadora Residente da ONU em Angola



## RESUMO EXECUTIVO

---

Para a República de Angola o Quadro de Assistência das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDAF), representa o Quadro Orientador das agências da ONU, residentes e não residentes, que constituem o Grupo de Chefes de Agências da ONU em Angola (UNCT). Com base nas prioridades nacionais do Governo de Angola, incluindo os seus Planos de Desenvolvimento a Médio e Longo Prazo, o UNDAF constitui uma ferramenta estratégica de apoio às políticas, orientada para a obtenção de resultados concretos, com vista a acelerar o desenvolvimento e os progressos dos ODMs. O apoio das Nações Unidas ao processo de desenvolvimento em Angola é orientado pela Lei Constitucional de Angola que garantem a todos os cidadãos uma abordagem com base nos direitos humanos para a redução da pobreza, prestando particular atenção aos grupos mais vulneráveis da sociedade, de modo a assegurar que participam e beneficiam do processo de desenvolvimento.

Após sete anos de paz com um rápido crescimento económico e sentindo-se os primeiros resultados dos investimentos maciços em infra-estruturas, Angola pode agora estabelecer prioridades para o seu Desenvolvimento Humano, sob a liderança do Governo. Com efeito, Angola pretende subir até 30 pontos no IDH, colocando-se, até 2025, entre os países de desenvolvimento médio.

Os desafios identificados pelo Governo de Angola incluem os que se relacionam com: 1. Paz, Justiça, Democracia, Estabilidade Social e Unidade e Coesão Nacional, e Segurança Interna; 2. Eliminação da fome e da pobreza extrema, emprego, crescimento económico e distribuição justa do rendimento nacional; 3. Desenvolvimento sustentável a longo prazo, desenvolvimento humano e bem estar para todos os angolanos e desenvolvimento harmonioso do território; 4. Boa Governação e transparência; 5. Angola, um país com futuro, respeitado pelos seus vizinhos, pelos parceiros e por toda a comunidade internacional, e cada vez mais integrado na economia mundial.<sup>1</sup>

As agências das Nações Unidas têm dado um contributo especial para a concretização dos ODMs em Angola. O contributo das Nações Unidas baseia-se na sua vantagem técnica comparativa. Este valor acrescentado concretiza-se através de uma melhor coerência e coordenação, a vantagem única de uma cobertura geográfica permanente regional e global, uma aplicação local eficiente dos conhecimentos globais e de soluções inovadoras para os desafios complexos do desenvolvimento, um compromisso profundo para com a promoção da apropriação nacional do processo de desenvolvimento e o seu posicionamento único enquanto conselheiro de políticas, facilitador de capacidades e parceiro de implementação do Governo, da sociedade civil e do sector privado em Angola.

O UNDAF (2009-2013) foi desenvolvido em torno de seis das Prioridades Nacionais do Governo, conforme expresso no draft do Plano Nacional de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013]:

- i) Promover a unidade e a coesão nacional e a consolidação da democracia e das instituições nacionais;
- ii) Garantir um desenvolvimento sólido e sustentável, com estabilidade macroeconómica e transformação e diversificação das estruturas económicas;
- iii) Promover o desenvolvimento humano e o bem-estar social;
- iv) Estimular o desenvolvimento do sector privado e apoiar o empreendedorismo nacional;
- v) Promover um desenvolvimento equitativo em todo o território nacional

---

<sup>1</sup> Fonte: Programa do Governo para 2009-2012.



vi) Reforçar a competitividade nacional no contexto do comércio internacional

No contexto de uma maior alocação orçamental do Governo aos sectores sociais, as Nações Unidas estão empenhadas em apoiar a apropriação e liderança nacional da agenda de reformas institucionais, e contribuir para uma maior eficácia e impacto do desenvolvimento, tirando partido das vantagens comparativas da Organização, com uma forte aposta no desenvolvimento de capacidades do país para promover o Desenvolvimento Humano.

As agências das Nações Unidas apoiarão o Governo na implementação dos seus objectivos de Desenvolvimento Humano, nomeadamente em: i) Melhorar as condições de vida dos angolanos, erradicando a fome e a pobreza, e promovendo níveis adequados de educação e saneamento básico; ii) Promover a coesão nacional e a consolidação da democracia, e; iii) Assegurar o desenvolvimento económico sustentável, a liberdade e os direitos fundamentais.

Ao agir em uníssono, as agências das Nações Unidas tirarão cada vez maior partido dos Programas Conjuntos, em áreas chave tais como o HIV/SIDA, Justiça, Género, Saúde, Água e Saneamento Básico. Uma prioridade do UNCT e deste UNDAF será reforçar a capacidade dos sistemas nacionais de M&E, tais como o SICCA, conforme referido na Declaração de Paris e pela comunidade internacional e regional, com vista a generalizar, analisar, divulgar e utilizar qualidade de dados de M&E, segmentados por sexo, para a tomada de decisão, com base em evidências, e para a formulação e monitoria de quadros de desenvolvimento assentes nos ODMs, ao níveis nacional e local. As temáticas transversais assentarão nos seguintes aspectos: 1) Igualdade de Género, 2) Liberdade e direitos humanos, e 3) Redução do risco e preparação para as catástrofes.





## Secção 01: Introdução:

### 1.1. Antecedentes:

A República de Angola é um país situado no centro-sul da África, com fronteiras com a Namíbia, a sul, a República Democrática do Congo, a Norte, a Zâmbia, a Leste, e com uma costa ocidental ao longo do Oceano Atlântico. O último recenseamento populacional e habitacional data de 1970. Contudo, as estimativas apontam para uma população actual na ordem dos 16-18 milhões de pessoas, dispersos por uma área total de 1.246.700 milhões de km<sup>2</sup>. Do total da sua população, 50.7% são mulheres; 53.3% reside em áreas urbanas, e 50% tem entre 5 e 25 anos<sup>2</sup>. Angola é o segundo maior produtor de petróleo e de diamantes na África Subsaariana e ocupa a 59<sup>a</sup> posição entre as economias mundiais em termos de produto interno bruto<sup>3</sup>.

“Angola em movimento” é o lema que ilustra a situação actual do país.

Ao fim de seis anos de paz, o Governo de Angola começa a levar a cabo enormes investimentos na reconstrução e renovação de infra-estruturas nacionais básicas, o que, espera-se, terá um impacto significativo nas condições de vida da população.

Angola tem vindo a evidenciar um desempenho sem precedentes, com a taxa de crescimento da economia a atingir 23,3% em 2007, enquanto que a inflação caiu de 105,6%, em 2002, para 11,9%, em 2007<sup>4</sup>. Tudo isto reflecte a estabilidade macro-económica alcançada, o bom desempenho nos sectores petrolífero e dos diamantes e a recuperação nos sectores não-minerais, transportes e agricultura. Com a paz e a estabilidade macro-económica mais solidamente asseguradas, o país tem a oportunidade de proceder a reformas de maior âmbito com vista a alcançar um significativo desenvolvimento sócio-económico sustentado.

A ausência de levantamentos regulares e a falta de dados actualizados dificultam uma avaliação precisa de progressos no sector social. Contudo, alguns avanços são perceptíveis.

Por exemplo, as inscrições no ensino primário aumentaram consideravelmente, com a taxa bruta de inscrições a subir para 5,8 milhões em 2007 (um aumento superior a 75% comparativamente a 2003); entre 2003 e 2005, foram recrutados 29.000 novos professores; a taxa mortalidade de crianças com menos de um ano de idade melhorou de 154/1000, em 2004, para 134/1000, em 2007, e a esperança de vida manteve-se nos 42 anos; as proporções da população com acesso a melhores condições de água e saneamento básico são de 61,6% e 59%<sup>5</sup>, respectivamente.

Para além disso, o Governo sublinhou no seu Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] – draft - a necessidade de um crescimento mais rápido e mais inclusivo, reduzindo em 90% a mortalidade infantil e em 95% a mortalidade materna.

As acções do Governo no sentido de inverter os anos de instabilidade são indicativas da sua vontade de dar uma nova imagem de Angola à comunidade internacional, de ser um interveniente activo nas redes da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP) e de tirar o maior partido do seu potencial de exploração mineira e recursos naturais. O rápido

<sup>2</sup> Fonte: Ministério do Planeamento e FNUAP.

<sup>3</sup> Fonte: Banco Mundial 2007.

<sup>4</sup> Fonte: Orçamento de Estado 2008.

<sup>5</sup> Fonte: Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo (2009-2013) para Angola





crescimento de Angola é, também, sinal da necessidade de esforços constantes e cada vez maiores para assegurar que a população jovem do país beneficie e continue a beneficiar desse crescimento. Tal exigirá estratégias e investimentos sem precedentes para permitir que o desenvolvimento tenha impacto nos 50% da população que se estima terem entre 5 e 25 anos tornando-os a força motriz do desenvolvimento nacional – estando as crianças, as raparigas e as mulheres no centro do desenvolvimento. O capital humano de Angola é o recurso mais importante para assegurar um futuro próspero para o país.

Um dos objectivos do GdA é reduzir substancialmente a taxa de incidência de pobreza ao longo da próxima década, estabelecendo objectivos de acordo com os ODMs, com o programa Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), almejando uma redução de 50% na proporção de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, até 2015, e uma subida do IDH de 75% até 2025, colocando Angola entre os Países de Desenvolvimento Médio.

Para alcançar este objectivo será necessário um esforço continuado e vigoroso por parte do GdA, das Nações Unidas e dos parceiros da sociedade angolana. A comunidade internacional terá também um papel importante na partilha de conhecimentos e experiências e na partilha de custos para cobrir a falta de fundos para a implementação de um programa desta dimensão e urgência.

Apesar dos esforços para melhorar o desempenho no sector da saúde, este sistema e os respectivos serviços são ainda precários, na medida em que carecem de infra-estruturas, equipamento, pessoal formado e sistemas de acompanhamento adequados. Em 2005 havia 1.659 médicos em Angola, o equivalente a apenas um médico por 10.000 habitantes, e o Governo prometeu aumentar esse rácio para 13 por 10.000 habitantes até 2015. Muitas províncias têm poucas infra-estruturas de saúde funcionais. A esperança de vida (42,4 anos para os homens e 44,5 para as mulheres), o acesso aos cuidados básicos de saúde (30 por cento) e o acesso a água e saneamento básico (respectivamente, 62% e 69%) são baixos. A malária endémica (77,6% das mortes) é elevada. A mortalidade materna é muito elevada, na ordem das 1.850/100.000, e as taxas de mortalidade dos bebés e de crianças com menos de cinco anos são de 150 e 250 por 1.000 nados-vivos, respectivamente. A gravidez entre as adolescentes é motivo de preocupação: 51,5% das raparigas entre os 15-19 anos têm, pelo menos, um filho. A fistula obstétrica é um problema relevante. O uso de preservativos é baixo (0,3%).

A taxa de infecção por HIV entre os adultos em Angola é de 5.0%<sup>6</sup>. A variação entre as províncias é muito significativa: de 0,8% no Bié até 10,6% no Cunene (Estudo de vigilância em mulheres grávidas que visitaram clínicas ou pontos de sentinela em 2005). Em 2007, 73,31% das mulheres infectadas tinham entre 20 e 39 anos de idade. Por outro lado, nesse escalão etário, quase 70% dos casos notificados são mulheres. Isto mostra claramente o impacto da epidemia no grupo etário mais produtivo em termos económicos e a elevada vulnerabilidade das mulheres face à epidemia.

O envolvimento da sociedade civil e dos sectores público e privado é fundamental para uma maior integração do HIV/SIDA nas várias intervenções. A rede de pessoas que vivem com o HIV foi implementada em 2006; no mesmo ano da criação da coligação de empresas angolanas. Para além disso, a rede eclesiástica de combate à SIDA está também muito activa em todas as dezoito províncias e tem um papel fundamental na mobilização das comunidades rurais e urbanas.

---

<sup>6</sup> Fonte: Ministério do Planeamento.



Apesar do forte desempenho económico e da riqueza em recursos naturais, o IDH de Angola ainda é baixo. Todavia, verifica-se uma tendência positiva com a ligeira melhoria na TDH Mundial 2007/2008. Com um IDH de 0,446 (dados de 2005), Angola posiciona-se, ainda, entre os países menos desenvolvidos. Por conseguinte, tem de resolver os seus desafios de desenvolvimento humano de forma a melhor reflectir os esforços que têm vindo a ser envidados desde a assinatura do acordo de paz em 2002, através de investimentos sistemáticos no capital humano.

Angola realizou as suas segundas eleições legislativas no dia 5 de Setembro de 2008, estando a eleição para as presidenciais agendadas para 2009. Esperam-se, também, eleições locais num futuro próximo, na sequência do processo de descentralização. As organizações da sociedade civil, vibrantes, mas ainda frágeis, têm vindo a proliferar pelo país. Contudo, é ainda necessário reforçar mecanismos eficazes de responsabilização vertical e horizontal.

Apesar dos esforços continuados, o país depara-se com dificuldades na abordagem às prioridades nacionais, nomeadamente na consolidação do seu sistema de base de dados em relação às normas internacionais. O mecanismo de monitoria e avaliação do Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo – draft - permitirá ultrapassar esta dificuldade.

Os desafios identificados pelo Governo de Angola incluem os que se relacionam com: 1. Paz, Justiça, Democracia, Estabilidade Social e Unidade e Coesão Nacional, e Segurança Interna; 2. Eliminação da fome e da pobreza extrema, emprego, crescimento económico e justa distribuição do rendimento nacional; 3. Desenvolvimento sustentável a longo prazo, desenvolvimento humano e bem estar para todos os angolanos e desenvolvimento harmonioso do território; 4. Boa Governação transparente; 5. Angola, um país com futuro, respeitado pelos seus vizinhos, pelos parceiros e por toda a comunidade internacional, e cada vez mais integrado na economia mundial.

Angola está entre os 191 países que adoptaram a Declaração do Milénio, na Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000. Nessa medida, os ODMs estão entre os principais objectivos e ambições das estratégias e planos de desenvolvimento de Angola.

Os responsáveis governamentais têm vindo a confirmar repetidamente o empenho do país em concretizar os ODMs e alguns passos foram já dados para aumentar a notoriedade dos ODMs em Angola e avaliar os progressos alcançados. Mais concretamente, foram publicados dois relatórios sobre os ODMs e tiveram já lugar algumas fases de uma campanha sobre os ODMs.

Na prática, acompanhar os progressos no sentido dos ODMs, como base do enquadramento definido pela declaração do milénio, é, por várias razões, uma tarefa hercúlea em Angola,. Com efeito, não existem dados pertinentes/precisos relativos aos indicadores dos ODMs durante o período da guerra, nomeadamente no início dos anos 1990. A ausência de levantamentos regulares só vem agravar esta situação.

O próximo levantamento a nível nacional, nomeadamente o estudo combinado MICS-IDR2, teve início em 2008 e deverá estar concluído em 2009.

Pensa-se que a concretização dos ODMs será possível, com base nas últimas tendências e na capacidade financeira do país, nomeadamente: o Objectivo 2 'Promover o ensino primário universal', o Objectivo 4 'Reduzir a mortalidade infantil', o Objectivo 5 'Melhorar a saúde materna' e o Objectivo 6 'Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças'.



Entretanto, foi reconhecido pelo Governo que, para atingir o Objectivo 2, o país terá de mobilizar esforços suplementares, o que implica recursos técnicos e financeiros adicionais e uma forte capacidade institucional.

## 1.2 A ABORDAGEM DO UNDAF

Para a República de Angola, o UNDAF representa um Quadro Orientador das Agências das Nações Unidas, residentes e não-residentes, que constituem o United Nations Country Team (Grupo de Agências da ONU em Angola - UNCT)<sup>7</sup>. O anterior “plano ponte” UNDAF de 2005-2008 assegurou o alinhamento do UNDAF 2009-2013 actual com o Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] do Governo (Draft). O Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] é, em grande medida, consonante com os ODM conforme acordados na Assembleia Geral da ONU e irá substituir o anterior PRSP. O UNDAF constitui uma ferramenta estratégica de apoio às políticas, orientada para a obtenção de resultados concretos, com vista a promover o desenvolvimento e os progressos em termos de redução da pobreza e no respeito pelos direitos individuais e colectivos à dignidade e segurança.

O UNCT desenvolveu o UNDAF com base numa abordagem trifásica e no seguimento de três princípios essenciais:

A primeira fase, marcada pela necessidade de uma melhor coordenação entre as agências da ONU e por uma adopção clara de uma abordagem assente nos direitos, teve em consideração a nossa experiência passada. Foram realizados vários seminários (Orientação em Maio de 2007, HRBAP & RBM em Julho de 2007, Emergência em Agosto de 2007) que levaram à formulação do projecto de uma Análise de Carências e das vantagens comparativas para que cada agência e o UNCT desenvolvessem melhores capacidades de planeamento e programação ao nível local.

A segunda fase, abrangendo o período entre Setembro de 2007 e Abril de 2008, consistiu em exercícios de análise dos programas conjuntos por parte de todas as Agências – sob a coordenação da Task Force conjunta UNCT/UNDAF, com os Ministérios relevantes, todos os principais parceiros, a sociedade civil e os Conselheiros Regionais. Estes exercícios conjuntos analisaram os progressos, avaliaram as prioridades e validaram os planos de trabalho das agências para o próximo período. (UNICEF, Janeiro 2008, PNUD, Março 2008, FNUAP, Abril 2008, ONUSIDA, Abril 2008)

A terceira fase, consistiu essencialmente na finalização e aprovação do documento do UNDAF por parte do Governo. Juntamente com o Ministério do Planeamento, as Nações Unidas efectuaram um estudo documental das estratégias e documentos disponíveis sobre as prioridades governamentais e incidindo em áreas potenciais de programação conjunta (ver ANEXO I). O Governo reviu cuidadosamente o projecto do UNDAF com a Task Force da ONU. O processo foi objecto de uma revisão geral das prioridades em termos de prestação de serviços, desenvolvimento de capacidades técnicas e apoio político. Através do desenvolvimento de uma Matriz de Resultados, as agências das Nações Unidas preparam o texto final a ser aprovado pelo Governo.

O UNDAF é o resultado de um compromisso sistemático de todos os sectores, agências, sociedade civil e parceiros, através de reuniões sectoriais regulares que foram dando substância

---

<sup>7</sup> Residentes: FAO, OIM, ONUSIDA, PNUD, FNUAP, ACNUR, UNICEF, VNUP, PAM, OMS.  
Não Residentes: UNESCO, UNIDO, IFAD





ao processo. O UNDAF é suficientemente flexível para permitir às agências das Nações Unidas, em consonância com o Governo, reverem a sua cooperação em resposta a novas prioridades que emergirem.

### 1.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Os princípios de reforma das Nações Unidas que servem de orientação aos programas de todas as agências em Angola são: alinhamento com as prioridades e processos nacionais, coerência em todo o sistema, simplificação e harmonização no sentido do conceito “Uma ONU, Uma voz, Um programa”.

O UNDAF 2009-2013 será implementado nos seguintes termos:

- Alinhamento com as prioridades nacionais, tais como o Projecto de Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013];
- Reconhecimento que o UNDAF actual abrange o último ciclo completo antes da data limite de 2015 para os ODMs e que este UNDAF apoia o Governo no sentido de avançar em direcção ao alcance dos ODMs;
- Apoiar um desenvolvimento harmonioso do país e dos esforços governamentais para reduzir as disparidades entre as regiões, promovendo a desconcentração e a descentralização;
- Desviar o foco da prestação de serviços para um maior desenvolvimento das capacidades técnicas com vista a potenciar o desenvolvimento sustentável, mantendo presente um sistema de aviso prévio para apoio às acções de prevenção.

O Grupo de Chefes de Agências das Nações Unidas em Angola reconhece também os investimentos significativos que o Governo de Angola tem efectuado na reconstrução do país e a transição bem sucedida da situação de emergência pós-guerra para o actual desenvolvimento sustentável a longo prazo.

Nesta medida, o presente UNDAF reflecte as orientações e resoluções da Assembleia Geral, de acordo com o Relatório do SG de 2005, intitulado “In a larger freedom”, e contempla o respeito pela dignidade e segurança humanas através do desenvolvimento de políticas inclusivas, implementadas e acompanhadas de forma transparente e responsável.

### 1.4 A VANTAGEM COMPARATIVAS DAS NAÇÕES UNIDAS

“O UNCT em Angola possui uma capacidade única de prestar apoio aos responsáveis e desenvolver parcerias de forma imparcial aplicando a HRBA (Abordagem ao Desenvolvimento com Base nos Direitos Humanos). Apoia as políticas nacionais e a sua implementação através de prestação de assistência técnica e acções de desenvolvimento de capacidades, na defesa dos ODMs.” (Ref. retiro do UNCT, Abril 2008).

Traduzir-se-á em:



- Princípios de envolvimento que requerem uma selecção e abordagem estratégicas e acções inovadoras de capacitação tendo em vista a sustentabilidade. Estes princípios deverão apoiar a redução das carências em justiça social, no sentido de uma maior partilha de responsabilidade, implementação mais eficiente, conhecimentos alargados e optimização da imparcialidade. Ao contribuir para reduzir estas carências, as Nações Unidas orientam-se pelas seguintes funções centrais: liderança, investigação, normas e padrões, opções políticas, apoio técnico e acompanhamento.
- Promoção de causas, ao mais alto nível, com base nas melhores práticas na concepção e implementação de abordagens inovadoras no âmbito das políticas nacionais, promovendo a decisão participada
- Contribuição para o envolvimento em discussões políticas a partir das lições aprendidas, respeitando o mandato multisectorial na implementação de políticas, a nível nacional, de forma a apoiar as populações mais vulneráveis.
- Promoção de parcerias eficazes na operacionalização da Reforma da ONU de forma a que o Governo possa beneficiar dos mandatos das agências e da divisão de tarefas almejando uma conjugação relevante de capacidades técnicas de análise política e de mobilização de recursos para o desenvolvimento sustentável.
- Apoio ao envolvimento cívico resultante das sinergias de redes e acções de base comunitária, desenvolvendo a capacidade de resposta nacional à avaliação das vulnerabilidades e barreiras ao acesso equitativo do sistema de protecção do bem-estar da população.

Por conseguinte, o UNDAF baseia-se numa avaliação criteriosa das prioridades nacionais, em coerência com os ODMs. Tem, também, em conta a experiência e força do UNCT para os nossos esforços conjuntos no sentido de tirar maior partido do impacto dos resultados acordados e aplicar as melhores práticas ao nível nacional.

## 1.5 LIÇÕES APRENDIDAS COM O UNDAF 2005-2008

A implementação do UNDAF ao longo dos anos permitiu tirar uma série de lições desde o planeamento à implementação, dos programas às operações e orçamentos. Essencialmente, essas lições mostram que a complementaridade das agências é fundamental para os resultados do UNDAF no apoio aos programas sectoriais e na optimização dos recursos humanos e dos investimentos. O UNDAF anterior mostrou a necessidade de incidir mais intensamente nalgumas áreas chave nas quais o UNCT tem vantagens colectivas e comparativas reconhecidas.

As lições aprendidas também apontam para a necessidade de se estabelecerem mecanismos de gestão realistas, com mandatos, funções e responsabilidades específicos dos principais ministérios, agências e parceiros de modo a facilitar o processo de tomada de decisão e acompanhar os progressos: uma forma poderosa de melhorar a coerência das Nações Unidas e dos principais parceiros e de maximizar as sinergias em prol de melhores resultados. Para além disso, as rápidas mudanças, à medida que se acentuam os tempos de paz, requerem uma recolha de dados rápida e adequada para apoiar respostas apropriadas num quadro abrangente e coordenado, do desenvolvimento à prevenção de catástrofes e conflitos.



O presente UNDAF oferece oportunidades para reforçar as boas práticas existentes e alargá-las de forma a obter um impacto, ainda maior.

## SECÇÃO 02: RESULTADOS DO UNDAF

---

### 2.1 ESTRATÉGIA DO UNDAF

A estratégia do UNDAF, assentada nas lições aprendidas pelas agências e nas vantagens comparativas do UNCT, é orientada pelos compromissos governamentais para com os ODMs e pela implementação das convenções internacionais e regionais. A ONU apoia os esforços governamentais com vista a satisfazer os seus compromissos de desenvolvimento e progresso do bem-estar da população através de uma abordagem abrangente.

A análise e abordagem das questões de género constitui uma fonte de informação única sobre a igualdade, segurança e protecção e sobre os factores de desenvolvimento que afectam homens e mulheres. As agências deverão prestar em conjunto um apoio comum e específico às jovens e às mulheres angolanas e aos esforços do Governo.

O apoio das Nações Unidas ao Governo na área da igualdade de género já vem de longe, e em 2004 contribuiu substancialmente para a preparação de uma estratégia nacional para as questões de género. Apesar de, ainda, não haver um documento aprovado, verifica-se uma incidência considerável na promoção das questões de género, nomeadamente no sector da educação. A representação das mulheres nos organismos de tomada de decisão aumentou, e isso está bem visível no Parlamento, onde mais de um terço dos deputados são mulheres (eram 16% em 2000). Relativamente aos cargos de chefia nos governos central e provinciais, a representação das mulheres em 2008 era de 22,3% e 17%, respectivamente. Para além disso, após uma intensa consulta pública em todas as províncias, foi aprovado pelo Governo um Plano de Acção para o Combate à Violência Doméstica, estando a aprovação do respectivo projecto de lei prevista para 2009.

O UNDAF irá também propor uma abordagem integrada à recolha e gestão de dados, bem como análises prospectivas de apoio às acções no imediato, à luz dos desafios previstos, utilizando as recomendações do Relatório de Despesas Públicas de 2007, a efectuar em conjunto com o Governo. Irá posicionar os “dados para o desenvolvimento” como um instrumento estratégico de planeamento e acompanhamento dos progressos. Estes dados serão também fundamentais no apoio à previsão das acções necessárias para prevenir catástrofes naturais e crises e desenvolver uma resposta integral e urgente, protegendo as populações vulneráveis.

Esta temática irá orientar a implementação do UNDAF. O diálogo sobre as políticas e o desenvolvimento de capacidades serão as pedras angulares dos programas das Nações Unidas. O UNDAF contribuirá para a adopção de uma abordagem integrada ao desenvolvimento de capacidades, conforme expresso nas directrizes políticas e melhores práticas do UNDG, e para uma maior coordenação das iniciativas de desenvolvimento de capacidades, de modo a que se possam conseguir resultados mais eficazes e sustentáveis.

O UNDAF deverá contribuir para criar uma base de normas e padrões de qualidade com vista à inclusão social e promoção das capacidades individuais e colectivas e para contribuir para a redução/alívio da pobreza. O acompanhamento do progresso de uma forma abrangente deverá





orientar os investimentos de forma a chegarem aos mais vulneráveis, orientando os investimentos multi-sectoriais para o bem-estar das populações. Através do UNDAF, as Nações Unidas contribuirão para consolidar os mecanismos dos Sistemas de Aviso Prévio criando um quadro de prevenção apropriado e respostas adequadas às catástrofes naturais e às crises.

Recorrendo a ferramentas como a orçamentação orientada em função das crianças e das mulheres/homens (um orçamento sensível em termos de género assegurara o atendimento das necessidades e interesses dos indivíduos de diferentes grupos sociais) e elaborando o orçamento familiar em função da educação e dos cuidados de saúde, as Nações Unidas advogam investimentos e programas socioeconómicos inclusivos com vista ao desenvolvimento sustentado.

As intervenções dos sistema das Nações Unidas, ao abrigo do UNDAF, irão incidir no desenvolvimento de capacidade e na promoção de causas. O objectivo é desenvolver as capacidades das principais partes interessadas e das instituições nacionais para implementar programas e continuar a desenvolver novas soluções, nomeadamente numa abordagem conjunta ao desenvolvimento de capacidades, com base na identificação e avaliação conjunta das capacidades nacionais.

As Nações Unidas irão defender a introdução de normas e padrões reconhecidos internacionalmente para os serviços básicos nas políticas nacionais e nos contextos institucionais e jurídicos. Como estas normas e padrões vão ficar expressos em convenções e tratados internacionais, os esforços de promoção do UNCT basear-se-ão na perspectiva de longo termo dos acordos e resoluções internacionais, a começar pela Declaração do Milénio e pelos ODMs.

Os grupos-alvo deste UNDAF são os pobres e os grupos populacionais mais vulneráveis. Os pobres em Angola são os pequenos proprietários rurais e os trabalhadores não qualificados nas zonas suburbanas. Os grupos vulneráveis incluem: as crianças, as mulheres, os jovens e os migrantes.

Para além da formulação de planos, estratégias e políticas, o UNCT irá apoiar a concepção e elaboração de programas modelo para demonstrar modelos específicos de prestação de serviços, de acordo com as políticas adoptadas, e para tirar lições que permitam melhorar as políticas. As agências da ONU irão coordenar tanto quanto possível os seus esforços de implementação através de projectos piloto para uma melhor sinergia e maior impacto.

## 2.2 RESULTADOS DO UNDAF

O Sistema das Nações Unidas em Angola irá contribuir para a realização dos objectivos governamentais afins através de:

- 1) Área de apoio 1: Governança, Justiça e Dados para o Desenvolvimento: Desenvolvimento de capacidade institucional para, com base na evidência, se conseguir um melhor planeamento, legislação, responsabilização pelas estruturas de governança e ambiente jurídico para responder às necessidades dos pobres e dos mais vulneráveis ao mesmo tempo que se reforça o envolvimento comunitário, a participação cívica no sentido da coesão social, a reconciliação nacional e a capacitação das mulheres.



- 2) Área de apoio 2: Sector Social (Saúde, Água, Saneamento e Higiene e Educação): Acesso melhorado e mais igualitário a serviços sociais integrados e de qualidade, aos níveis nacional e local, com ênfase nos ODMS.
- 3) Área de apoio 3: HIV & SIDA: Reforço da resposta nacional ao HIV e à SIDA através do acesso universal à prevenção, tratamento, cuidados e apoio e decréscimo do estigma e da discriminação.
- 4) Área de apoio 4: Desenvolvimento Económico Sustentável: Reforço do crescimento económico em prol dos pobres e duma gestão macroeconómica responsável, desenvolvimento rural integrado e gestão da energia e dos recursos naturais para promover a protecção ambiental, a eficiência energética e a adaptação às alterações climáticas.

PRIORIDADES DO GOVERNO	RESULTADOS DO UNDAF
Melhorar a qualidade das condições de vida e o Desenvolvimento Humano dos angolanos, erradicando a fome e a pobreza e promovendo níveis adequados de educação e saneamento	Área de Apoio 2: Sectores Sociais (Saúde, Água e Saneamento Básico e Educação)  Área de Apoio 3: HIV e SIDA
Promover a unidade e a coesão nacional e a consolidação da democracia e das suas instituições, assim como assegurar as liberdades e os direitos fundamentais e o desenvolvimento da sociedade civil	Área de Apoio 1: Governança, Justiça e Dados para o Desenvolvimento
Assegurar um desenvolvimento económico sólido e sustentável, com estabilidade macroeconómica, e a transformação e diversificação das estruturas económicas.  Estimular o desenvolvimento do Sector Privado e apoiar o empreendedorismo nacional  Promover o desenvolvimento equitativo do território nacional  Reforçar a inserção competitiva do país no contexto do comércio internacional	Área de Apoio 4: Desenvolvimento Económico Sustentável

### 2.2.1 ÁREA DE APOIO 1: GOVERNAÇÃO, JUSTIÇA E DADOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Resultado 1 do UNDAF: As instituições nacionais respondem às necessidades de toda a população, incluindo os pobres e os vulneráveis, ao mesmo tempo que se reforçaram as instituições públicas nacionais e locais, o envolvimento comunitário e a participação cívica no sentido da coesão social, da reconciliação nacional e da capacitação das mulheres.



O enquadramento jurídico angolano já não está adequado ao contexto actual, na medida em que muitas leis datam da era colonial e o processo da sua actualização tem sido lento.

Apesar de melhorias significativas introduzidas na Administração Pública em Angola, esta ainda se depara com problemas ao nível das capacidades humanas e institucionais, o que afecta a sua eficiência e eficácia. O pessoal altamente qualificado constitui menos de 4% do total, sendo mais de 73% auxiliares (motoristas, pessoal de limpeza, operadores, etc.). Para além disso, o sistema de justiça sofre de falta de pessoal com habilitações jurídicas – há apenas 1 juiz por cada 100.000 pessoas – e problemas de infra-estruturas – só 23 dos 168 tribunais é que estão funcionais.

A descentralização está no topo da agenda governamental em Angola. O Governo começou já a dar poderes aos municípios para a tomada de decisões e prestação de serviços ao nível local, tendo aprovado o Paradigma da Administração Local, em 1999 e o Decreto 2/07, que abre caminho a uma efectiva descentralização, na medida em que os municípios escolhidos ficam ainda mais responsáveis pelos seus orçamentos. Desde 2004, o Governo de Angola desencadeou um programa de descentralização e seleccionou 68 municípios piloto, 15 dos quais são apoiados pelas agências das Nações Unidas, para o desenvolvimento das capacidades de governação das autarquias e instituições locais e para o estabelecimento de unidades descentradas do Estado, ao mesmo tempo que se evolui para uma maior autonomia territorial.

A participação é, ainda, fraca devido à debilidade das organizações da sociedade civil, em geral, bem como à falta de confiança entre o Estado e a OSCs. A pouca participação também está relacionada com o baixo nível de descentralização do país.

Angola, tal como muitos países após anos de instabilidade, depara-se com enormes dificuldades na actualização dos dados para reforçar o seu desenvolvimento político e os programas nacionais. O país tem de dar um salto gigantesco no sentido de providenciar dados precisos nos sectores sociais, equivalentes aos dados actuais relativos às zonas de produção petrolífera. Em resposta a estas necessidades, o Governo levou a cabo importantes inqueritos, incluindo o QUIB e o IBEP. O UNDAF congrega os esforços de todas as agências na procura de soluções para estes problemas, através de uma estratégia sólida de desenvolvimento de capacidades que responda ao desenvolvimento de dados sectoriais para os ODMs e programas relacionados. O recenseamento da população e das habitações será o primeiro e mais importante instrumento para providenciar os dados mais relevantes.

O último recenseamento à habitação e à população data de 1970. O novo recenseamento, que o Governo de Angola adiou para ser devidamente preparado, constituirá uma excelente oportunidade para a obtenção de dados nacionais fundamentais que complementem o IBEP, mais virado para a saúde, e as Nações Unidas procurarão assegurar a inclusão de questões que ajudem a quantificar e qualificar as condições que contribuem para a vulnerabilidade e os desafios ao desenvolvimento em Angola.

A presença de minas terrestres e engenhos explosivos remanescentes da guerra (ERW), em Angola, constrange o potencial sócio-económico de aproximadamente 2,3 milhões de pessoas que vivem em cerca de duas mil comunidades angolanas afectadas pelas minas. O Governo de Angola considera a eliminação das minas terrestres e dos ERWs uma prioridade fundamental, com vista a reduzir o risco de ferimentos ou morte por causa das minas e para assegurar que os terrenos contaminados ficarão disponíveis para exploração agrícola. Angola é, também, susceptível a secas e inundações periódicas, com consequências desastrosas para a economia e subsistência locais.





O UNDAF irá incidir no desenvolvimento institucional, no reforço do Estado de Direito, e nos mecanismos de responsabilização e participação, nomeadamente a descentralização e o desenvolvimento da sociedade civil. O presente UNDAF reconhece particularmente que o acesso à informação é também um factor-chave do sistema de responsabilização. Para além disso, o UNDAF irá utilizar o processo de recenseamento da população e das habitações para consolidar o apoio ao INE e aos ministérios relevantes, incluindo a determinação de custos e orçamentos dos ODMs. Os esforços das agências das Nações Unidas incidirão também no reforço das capacidades de gestão de riscos de catástrofes, reforçando as capacidades nacionais para gerir, coordenar e definir prioridades nas políticas de mitigação/gestão de catástrofes, acção de minas e promoção da prevenção de conflitos, tolerância, paz e reconciliação nacional

O sistema das Nações Unidas propoe-se apoiar:

- as reformas institucionais para a promoção da responsabilização e participação, nomeadamente: o desenvolvimento da legislação, o processo de descentralização (PNUD, UNICEF);
- a promoção da igualdade de género e a capacitação de mulheres (FNUAP, ONUSIDA e UNESCO);
- a reforma da justiça, com particular ênfase na protecção dos direitos dos pobres e dos mais vulneráveis (PNUD);
- acções eficazes em termos de salvaguarda dos direitos humanos e protecção jurídica contra a discriminação com base no HIV (PNUD, ONUSIDA e UNESCO);
- o desenvolvimento das redes das OSC, em particular as redes dirigidas aos grupos mais vulneráveis, nomeadamente: a plataforma nacional de OSC (PNUD e VNU), as redes de mulheres (FNUAP), as redes de jovens (FNUAP, UNESCO, VNU), as redes de protecção das crianças (UNICEF), envolvimento em vários sectores na área do combate à SIDA incidindo nas redes de pessoas que vivem com o HIV;
- a promoção do acesso à informação, com particular incidência no desenvolvimento do sistema nacional de estatísticas, nomeadamente a melhoria da coordenação desse sistema através do reforço do contexto organizacional e estatuto jurídico do INE (FNUAP, PNUD, UNICEF); reforço da prevenção do HIV para assegurar o planeamento, implementação e expansão dos serviços de HIV com base em informações concretas (ONUSIDA) e reforço da capacidade dos serviços de estatísticas nos vários ministérios (UNESCO), ao mesmo que, em coordenação com o INE, inclui estes aspectos no Sistema Nacional de Estatística. A implementação de programas de comunicação e o estabelecimento de aprendizagens e recursos multimedia .
- o estabelecimento de quadros políticos e jurídicos para a protecção dos direitos dos grupos vulneráveis, nomeadamente: o Plano Nacional de Acção para as Crianças Mais Vulneráveis (UNICEF), as Políticas para os Requerentes de Asilo (ACNUR e VNU), assim como instrumentos políticos e jurídicos adequados para a segurança das pessoas, nomeadamente planos de contingência em casos de catástrofe (OIM, PNUD e VNU), estratégias de accao de minas (PNUD), promoção da abordagem baseada nos direitos humanos no combate à SIDA (ONUSIDA).



## 2.2.2 Área de Apoio 2: SECTORES SOCIAIS

Resultado 2 do UNDAF: Acesso melhorado e mais igualitário aos serviços sociais integrados aos níveis nacional e sub-nacional com ênfase nos ODMs.

Todas as sociedades com níveis continuamente elevados de investimentos na saúde, na educação e no bem-estar das suas populações, especialmente os jovens, colhem frutos substanciais por terem uma população produtiva, informada e empenhada. Para um país em que mais de 60% dos seus cidadãos têm menos de 18 anos, Angola depara-se ao mesmo tempo com um desafio significativo e uma grande oportunidade para conseguir colher esses frutos através de melhorias na saúde, educação, integração social e níveis de emprego dos seus cidadãos, de modo a melhorar a sua qualidade de vida e bem-estar, e permitindo-lhes, assim, serem os catalisadores do desenvolvimento do seu país.

As Nações Unidas estão particularmente habilitadas para ajudar os esforços do Governo nestas áreas, graças ao seu manancial de conhecimentos, experiências e êxitos na implementação do planeamento e programação dos ODM; na transição de populações de condições humanitárias pós-conflito para um ambiente de desenvolvimento; na prestação de serviços sociais integrados, incluindo em HIV/SIDA e em saúde materna e infantil; na reforma do sistema educativo, nomeadamente no que respeita às meninas; e na formação técnica e profissional para responder à procura crescente de mão-de-obra num mercado em expansão.

À medida que a ONU colabora com o Governo na criação de melhores condições de vida para a população, através da promoção dos direitos humanos básicos em termos de saúde e educação, os resultados começaram a surgir indiciando uma resposta positiva da população. Com base numa abordagem multisectorial, os diferentes níveis de gestão dos ministérios da Saúde, Educação e Administração do Território têm vindo a trabalhar em conjunto para gerar um momento de mudança, tanto nas atitudes, como no “como fazer”. Sobretudo a partir de base, mais do que o simples acesso aos serviços de saúde, as comunidades estão cada vez mais envolvidas na utilização dos serviços disponíveis, seja para a saúde, educação ou outros serviços sociais. Entretanto, outros sectores associaram-se ao processo, na medida em que o potencial socioeconómico de cada província representa o futuro do bem-estar e dinâmica de desenvolvimento das populações.

No projecto de Plano de Desenvolvimento do Governo a Médio Prazo [2009-2013], foram identificadas quatro principais áreas prioritárias para responder às necessidades dos angolanos em termos de desenvolvimento dos direitos humanos:

1. Protecção e Reinserção Social
2. Educação
3. Saúde
4. Emprego e formação profissional

Até ao final de 2013 as Nações Unidas esperam contribuir estrategicamente para os ODMs e os objectivos nacionais de Angola<sup>8</sup>, incluindo uma redução de 60% na mortalidade infantil, uma redução de 85% na mortalidade materna e uma subida até 90% na taxa líquida de inscrições no ensino primário a 60%, bem como uma subida até 80% no registo de nascimentos das crianças com menos de cinco anos (actualmente esse valor é de 29%). Esperam também contribuir para outros objectivos importantes, nomeadamente relacionados com o HIV/SIDA e o

---

<sup>8</sup> Incluindo os 11 compromissos para com as crianças



desenvolvimento da primeira infância, que contam com investimentos do Governo através do orçamento de Estado.

Ao nível nacional, a ONU contribuirá também para fomentar o desenvolvimento de políticas relacionadas com as questões de género e a educação, segunda oportunidade no ensino, acesso à educação na primeira infância, protecção social e cuidados alternativos para crianças e em resposta a catástrofes, incluindo o aumento dos preços dos géneros alimentares.

As Nações Unidas irão apostar no programa de revitalização implementado pelo Governo de Angola que faz parte da estratégia global com vista à concretização dos ODMs: 1 [Erradicar a pobreza extrema e a fome], 3 [Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres], 4 [Reduzir a mortalidade infantil], 5 [Melhorar a saúde materna], 6 [Combater o HIV/SIDA, a malária e outras doenças] e 7 [Assegurar a sustentabilidade ambiental], incidindo particularmente na redução da morbilidade e mortalidade materna e infantil.

Num contexto de paz duradoura, é possível reforçar um frágil sistema de saúde, extremamente afectado pelo longo período de guerra. A este propósito, o Governo desenvolveu políticas e estratégias nacionais para melhorar a sobrevivência materna e infantil através da descentralização da gestão e da desconcentração dos recursos para os serviços sociais básicos ao nível municipal. O Ministério da Saúde desenvolveu a estratégia de Revitalização dos Serviços de Saúde para assegurar a implementação do pacote essencial de saúde materna e infantil. Para serem sustentáveis, as intervenções na Saúde terão de ser acompanhadas por intervenções conjuntas sobre a água, higiene e saneamento básico.

O Sistema das Nações Unidas fará incidir as suas intervenções nas seguintes prioridades:

- Aumentar o acesso dos meninos e das meninas ao ensino pré-primário e primário de qualidade em municípios escolhidos (UNICEF, FNUAP, UNESCO)
- Apoiar a implementação da Estratégia Nacional para a Alfabetização e Aceleração da Aprendizagem em todas as províncias (UNICEF, UNESCO)
- Envolver os adolescentes e os jovens em programas e redes de competências para a vida, educação para a paz e prevenção do abandono escolar (FNUAP, UNICEF, VNU)
- Reforçar os currículos escolares com a inclusão de matérias transversais (FNUAP, UNESCO, PNUD)
- Capacitar os trabalhadores para assegurarem a prestação de pacotes sociais integrados e essenciais (OMS, UNICEF, OIM, UNIFEM, PNUD, ONUSIDA)
- Reforçar a disponibilização de medicamentos essenciais, equipamentos e materiais necessários nas unidades de saúde existentes, em municípios-alvo dos pacotes de implementação do ACSD, incluindo água, higiene e saneamento básico (UNICEF, VNU)
- Aumentar o conhecimento das comunidades sobre aspectos básicos dos serviços de cuidados familiares e aumentar a participação comunitária no tratamento integrado das doenças maternas e infantis (UNICEF)





### 2.2.3 ÁREA DE APOIO 3: HIV/SIDA

Resultado 3: Reforço, em todo o país, da resposta institucional e técnica ao HIV e à SIDA para progredir mais rapidamente, através do acesso universal à prevenção, tratamento, cuidados e apoio, avançando no sentido da concretização dos ODMs até 2015, com vista a erradicar o estigma e a discriminação, e para responder ao desafio multi-geracional da epidemia.

Todos os estudos mais recentes têm mostrado a relação entre a pobreza e as desigualdades de rendimentos e a SIDA. O impacto desta epidemia no desenvolvimento humano na África Austral, nomeadamente nas regiões transfronteiriças, é, hoje em dia, um problema em todas elas e é obrigatório acabar com este fardo epidémico, se se pretende aliviar a pobreza e dar uma melhor vida às pessoas. Esta é mais uma razão importante para um compromisso inequívoco no combate à epidemia. Angola tem uma oportunidade única para ficar para a história como um caso de sucesso na luta contra o HIV/SIDA tendo em conta a reduzida penetração da epidemia no país comparativamente à região e a possibilidade de ver no combate à SIDA um desafio de desenvolvimento potencial, a ser integrado nos processos de desenvolvimento mais amplos.

Desde o final da guerra, em 2002, a resposta de Angola melhorou substancialmente. O Relatório da UNGASS de 2007 sobre Angola mostra que o país conseguiu melhorias notáveis no alargamento do acesso aos serviços e programas de prevenção e ao tratamento com anti-retrovirais (TARV). Para além disso, o país evidenciou liderança, empenho e apropriação na forma como a epidemia foi enfrentada ao nível central. 60% da resposta nacional é financiada pelo Orçamento Geral do Estado. Por outro lado, não se têm conseguido tantos progressos em termos da descentralização da resposta e do alinhamento dos objectivos com os parceiros e outras partes interessadas. É por isso que um dos resultados esperados do Programa Conjunto de Apoio da Nações Unidas aborda este problema.

De acordo com o Plano Estratégico Nacional para o HIV/SIDA (2005-2009), o estigma e a discriminação que levam ao silêncio e ao isolamento, o desequilíbrio entre homens e mulheres, relacionamentos sexuais paralelos duradouros e uma enorme desigualdade de rendimentos são os principais factores de proliferação da epidemia em Angola. O aumento gradual da mobilidade da população, dentro do país e nas regiões transfronteiriças, e a reabertura das estradas, também podem fomentar a propagação da epidemia em pouco tempo.

É muito importante notar que o envolvimento da sociedade civil é fundamental para o alargamento da resposta ao HIV/SIDA. A Rede de PVHIV (Pessoas que Vivem com HIV) foi implementada em 2006, no mesmo ano da criação da Coligação de Empresas Angolanas. Para além disso, a Rede de Igrejas de combate à SIDA está também muito activa em todas as 18 províncias e tem um papel fundamental na mobilização das pequenas comunidades rurais e urbanas severamente fustigadas pela epidemia.

Em contrapartida, as Nacoes Unidas tem vindo a prestar apoio técnico para aumentar a capacidade do Ministério da Educação e a promover a integração da informação sobre o HIV nos currículos escolares, formação de professores e fornecimento de materiais.

De acordo com as prioridades nacionais, as Nações Unidas continuarão a apoiar os sectores governamental e não-governamental através do Grupo Conjunto das Nações Unidas para a SIDA e do respectivo Programa Conjunto da ONU que constitui um processo pioneiro da Reforma das Nações Unidas, promovendo a aplicação dos Princípios dos "Três Uns" a todos os níveis e intervindo nessas áreas-chave:



- Maior liderança, mobilização, empenho e responsabilização;
- Alinhamento e harmonização envolvendo vários sectores na luta contra a SIDA; e
- Melhor acesso das crianças e adultos que vivem com HIV&SIDA aos tratamentos, mais adesão aos tratamentos e melhores cuidados por parte das instalações de saúde ao nível comunitário, apoiados pelo envolvimento intenso da sociedade civil, incluindo as redes de PVCS (Pessoas que Vivem com SIDA) no encaminhamento assistido e nos cuidados e apoio domiciliários.
- M&E de qualidade e disponibilização de dados de vigilância utilizados para tomadas de decisão políticas e técnicas eficazes, bem como na promoção de causas e afectação de recursos na resposta nacional.
- Reforço da prevenção do HIV para manter uma resposta eficaz de modo a assegurar eficazmente o planeamento, a implementação e a expansão dos serviços de HIV;
- Desenvolvimento de uma HRBA (Abordagem Baseada nos Direitos Humanos) no combate à SIDA de modo a erradicar o estigma e a discriminação contra as PVCS e as Populações em Maior Risco (PMR).
- As Crianças Mais Vulneráveis e os prestadores e cuidados de saúde mais afectados pelo HIV receberão protecção social e apoios com vista a reduzir o impacto do HIV nestas famílias.

O ONUSIDA (Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/SIDA) assegurará a coordenação geral das agências patrocinadas pelo Programa Conjunto das Nações Unidas para a SIDA.

#### 2.2.4 ÁREA DE APOIO 4: DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SUSTENTÁVEL

Resultado 4 do UNDAF: As instituições nacionais e descentralizadas reforçaram um desenvolvimento rural integrado, garantindo a segurança alimentar, com base na protecção ambiental dos recursos naturais e na gestão e adaptação às alterações climáticas.

A recuperação económica de Angola desde 2002 tem sido notável. De facto, desde então, e excepto em 2003, o país tem registado taxas de crescimento de dois dígitos, potenciadas pelos aumentos acentuados na produção e preço do petróleo, e complementadas pelo crescimento resultante na procura interna. Em 2007, a economia angolana cresceu 24,4%, uma das taxas de crescimento mais rápidas do mundo, e a mais rápida na África Subsaariana.

De certa forma, a economia angolana já começou a “diversificar-se”, nomeadamente considerando que o contributo dos sectores não-petrolíferos para a taxa de crescimento aumentou de 1/3 para 1/2, à medida que sectores como a agricultura, a construção e as finanças se expandem rapidamente.

Essa expansão, porém, tem-se limitado a sectores com pouco potencial de exportação. Em resultado disso, apesar de os sectores não-petrolíferos terem vindo a ganhar cada vez mais importância, as exportações angolanas são ainda dominadas pelo petróleo. Mais concretamente, a quota de petróleo no total de exportações subiu de 93% para 96% entre 2002 e 2007.

A “diversificação” continua beneficiou sobretudo de incentivos fiscais que resultaram num aumento do fluxo do IDE para os sectores não-petrolíferos. A redução nas taxas de juro veio estimular ainda mais a expansão do sector da construção, enquanto que a agricultura beneficiou essencialmente de programas de revitalização da produção apoiados pelo Governo.

Apesar de eficaz na redução da fome, a retoma recente da produção agrícola não tem tido tanto impacto na redução da pobreza. Com efeito, essa retoma resultou da expansão das terras



aráveis, mais do que de ganhos de produtividade, que são o principal factor subjacente à pobreza rural.

Por outro lado, o ambiente empresarial ainda não favorece o sector privado em ascensão, conforme se verifica pela pontuação e classificação de Angola no indicador “Doing Business” do Banco Mundial: 167º em 178 países.

As despesas públicas, como forma de reforçar o capital humano e combater as desigualdades, estão a melhorar, mas há ainda muito a fazer para tirar o maior partido do seu efeito distributivo. Por exemplo, as províncias recebem uma verba fixa (per capita) do orçamento, sem ter em conta as diferenças na incidência da pobreza em cada uma. Para além disso, os gastos para fins militares baixaram significativamente e esses recursos estão a ser reencaminhados para os sectores sociais, o que significa que Angola está a usufruir cada vez mais dos dividendos da paz, mas a eficiência dos gastos sociais tem ainda muito a melhorar. Por outro lado, muitas reformas são ainda necessárias para melhorar o ambiente empresarial e fazer com que o sector privado trabalhe para os pobres.

Para um país tão rico em recursos como é Angola, a estratégia de um crescimento em prol dos pobres poderia assentar no reforço do efeito distributivo das finanças públicas e no reforço do comércio enquanto factor de diversificação.

A protecção ambiental é uma questão que preocupa o Governo, e as agências das Nações Unidas apoiarão o desenvolvimento de estratégias para a protecção e uso sustentável dos recursos naturais, tais como a Terra, a Água e a Bio-diversidade, bem como a integração transversal das estratégias de protecção ambiental ao nível nacional e nos vários sectores. A necessidade de adaptação às alterações climáticas é outra prioridade que também será apoiada pelas agências das Nações Unidas, nomeadamente através de estratégias e programas para a mitigação de catástrofes naturais.

O UNDAF partiu do princípio que o desenvolvimento económico rápido só pode ser sustentável se a economia se tornar mais diversificada e se o processo de crescimento for suficientemente abrangente e inclusivo para reduzir significativamente as desigualdades e a pobreza. Para esse efeito, é essencial a expansão de, pelo menos, três áreas: o sector privado, o emprego e o comércio.

O sistema das Nações Unidas irá incidir as suas intervenções em:

- desenvolvimento de políticas de crescimento em prol dos pobres: estratégia de desenvolvimento do sector privado, estratégia de microfinanças, estratégia de emprego e estratégia comercial com uma ênfase específica em como tornar estas estratégias mais inclusivas para os pobres (PNUD, UNIDO);
- desenvolvimento institucional para o crescimento em prol dos pobres, nomeadamente: apoio às instituições do sector privado, tais como as câmaras de comércio, as associações de PMEs, etc., bem como às instituições relacionadas com o comércio, como sejam as alfândegas, as agências de exportação, as infra-estruturas de qualidade e os laboratórios de segurança alimentar, desde que num contexto institucional (PNUD, UNIDO);
- expansão dos serviços de desenvolvimento empresarial para as PMEs, incluindo a microfinança (PNUD, UNIDO, VNU);
- implementação de iniciativas empresariais em prol dos pobres, especialmente na agro-indústria (UNIDO): Desenvolvimento de Negócios Sustentáveis (PNUD);



- promoção do empreendedorismo (UNIDO, PNUD);
- concepção e implementação de estratégias de protecção ambiental para assegurar o crescimento sustentável: estratégias de biodiversidade, adaptação às alterações climáticas, programas de conservação dos ecossistemas, etc. (PNUD, FAO);
- desenvolvimento das Normas Nacionais de Gestão Industrial e Energética (UNIDO);
- aumento das capacidades do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Ministério do Urbanismo e Ambiente, incluindo a modernização da investigação agrária e do ordenamento do território (FAO);
- preparação de uma Estratégia Nacional e Plano de Acção para a Segurança Alimentar e Nutricional (FAO);
- apoio à preparação da Estratégia Nacional e do Plano de Acção para a Alimentação e Segurança Nutricional (FAO);
- apoio a uma agricultura de pequenas explorações orientada para o mercado (IFAD)
- promoção de um desenvolvimento sustentável de biofueis (FAO);
- apoio à realização de um levantamento nacional de gado (FAO)

### SECÇÃO 03: PARCERIAS

---

O Governo de Angola está empenhado num processo progressivo e sistemático de parceria que envolve a comunidade internacional e os principais países emergentes. Embora Angola seja considerada um PRM (País de Rendimento Médio), as parcerias são criadas sobretudo para apoio à reconstrução e reabilitação de infra-estruturas e para providenciar os recursos técnicos e humanos em várias áreas de actividade, nomeadamente nas indústrias extractivas. A parceria com as Nações Unidas assenta num posicionamento estratégico bem direccionado, conforme estabelecido pelo presente UNDAF que descreve os esforços conjuntos do Governo de Angola e do Grupo de Chefes de Agência das Nações Unidas (UNCT) e irá envolver outras partes interessadas e responsáveis, todos empenhados em melhorar o bem-estar do povo angolano.

Cada pilar do UNDAF refere a liderança dos ministérios e o compromisso específico das agências em se atingirem os resultados comuns. Incluem-se também outros parceiros, instituições bi- e multi-laterais, que fazem parte do acordo tripartido (Gov<sup>o</sup>./ONU/outros). Os grupos da sociedade civil também têm um papel importante no apoio à implementação do UNDAF. Estas parcerias implicam a avaliação conjunta das capacidades e dos processos de selecção, de acordo com princípios orientadores.

Através do UNDAF, as várias parcerias baseiam-se na implementação comum de princípios orientadores, tais como a transparência, a responsabilidade mútua e a responsabilização pelos resultados, incluindo a orçamentação com base nos resultados. O impacto destas parcerias faz parte da resposta das Nações Unidas ao GdA, conforme acordado no ODM 8, "Parceria para o Desenvolvimento" e no diálogo político, incluindo a prevenção de catástrofes e de conflitos.

Assim, todas as agências da ONU, ExCom e agências especializadas, residentes e não-residentes, estão empenhadas em conjunto nos resultados do UNDAF para criar progresso. A ONU contribuirá também para o acompanhamento das seguintes parcerias:

- As ONGs e os parceiros locais (OBCs, OSCs, OBFs, Redes de PVCHIV, famílias e comunidades) deverão partilhar responsabilidades através da implementação e





acompanhamento do UNDAF, constituindo uma rede de conhecimentos entre as províncias.

- A rede de universidades deverá ser envolvida na investigação para o desenvolvimento: inovação para o desenvolvimento sustentável e criação de um “observatório” para as melhores práticas de desenvolvimento local. As universidades e as instituições especializadas deverão também providenciar recursos humanos importantes para os programas de desenvolvimento de capacidades.
- O sector privado, incluindo os bancos, as fundações e outros actores nacionais, deverão contribuir para os programas e políticas de desenvolvimento inclusivo.

A comunidade de doadores deverá juntar esforços na consolidação da coordenação aos níveis nacional e provincial.

O Banco Mundial tem vindo a trabalhar em estreita colaboração com as agências das Nações Unidas, tanto ao nível temático, como participando nas reuniões do Grupo dos Chefes de Agência da ONU (UNCT). As prioridades do Banco Mundial expressas na Nota Estratégica Provisória 2007-9 incluem (1) reforço da gestão do sector público e da capacidade institucional do Governo (2) apoio à reconstrução de infra-estruturas críticas e melhoria da prestação de serviços para a redução da pobreza e (3) promoção do crescimento dos sectores não-minerais. O Banco Mundial irá iniciar em finais de 2008 a preparação da nova Estratégia de Apoio a Angola (CAS) para o período de 2009-13.

Com base nos seus mandatos e conhecimentos especializados, os esforços coordenados da ONU procurarão sempre o diálogo entre os ministérios, parceiros e sociedade civil, com vista ao maior impacto possível, promovendo a inovação e evitando a duplicação de esforços, mas tirando partido das melhores práticas.

O Ministério do Planeamento, enquanto principal responsável pelo planeamento, assegurará uma abordagem sinérgica e metodológica entre as Nações Unidas e os vários ministérios, através do seu Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE).

#### SECÇÃO 04: IMPLEMENTAÇÃO E COORDENAÇÃO

A ONU em Angola acompanha o processo de planeamento e programação nacional para o período de 2009 a 2013. A implementação do UNDAF baseia-se nos esforços conjuntos de todas as agências e ministérios relevantes, do planeamento ao acompanhamento e apresentação das evoluções e adaptações necessárias, com uma incidência constante nos resultados.

O conceito “Uma voz, Um programa” da ONU resulta da convergência de todos os programas nacionais de cada agência com os resultados pretendidos do UNDAF e, dessa forma, com os objectivos de desenvolvimento nacional, através da matriz de resultados. O mesmo se aplica ao Documento de Programa Nacional (Country Programme Document - CPD) e aos Planos de Acção do Programa para o País (Country Programme Action Plans - CPAP).

Os princípios de harmonização e simplificação são fundamentais neste processo de planeamento, devendo os ministérios e as agências chegar a acordo quanto a uma base comum de resultados. Os programas coordenados pelas Nações Unidas acompanham os mecanismos de assistência técnica sectoriais, intersectoriais e multi-sectoriais existentes de modo a consolidar a sua assistência técnica e os seus investimentos. Tal deverá também servir de ponto de entrada



para o reforço dos sistemas nacionais de planeamento, orçamentação e acompanhamento, incluindo o recurso à HACT (Abordagem Harmonizada de Transferência de Fundos) de acordo com o Novo Ambiente de Ajuda e com as recomendações da Assembleia Geral no âmbito da Análise do Programa Integral Trienal –TCPR, de Novembro de 2007.

#### 4.1 DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Neste âmbito, o desenvolvimento de capacidades é fundamental para que o UNDAF crie um ambiente facilitador que suscite o empenho colectivo na prossecução dos resultados e reflita uma dinâmica constante no estabelecimento das melhores condições para um investimento sustentado nos recursos humanos, assegurando o desenvolvimento das capacidades necessárias, através da implementação de estratégias de desenvolvimento de capacidades, de modo a permitir a concretização dos objectivos do GdA/UNDAF e manter “Angola em movimento” como um elemento da implementação e coordenação do UNDAF.

As Nações Unidas consideram o desenvolvimento de capacidades um aspecto fundamental do seu contributo para o desenvolvimento. Nessa medida, o sistema das Nações Unidas está a responder à necessidade crescente no país de apoio ao desenvolvimento de capacidades, tanto ao nível nacional como aos níveis sub-nacionais.

Logo no início da implementação do novo UNDAF, um seminário sobre desenvolvimento de capacidades constituirá a base para aprofundar a estratégia de desenvolvimento de capacidades e os principais passos a dar com vista à obtenção dos resultados comuns nos próximos cinco anos. Deverão ser concebidas abordagens sectoriais e multi-sectoriais em coerência com os pilares do UNDAF e os Programas Conjuntos.

#### 4.2 PROGRAMAS CONJUNTOS

O UNCT considera que os programas conjuntos – caracterizados por resultados comuns, planos de trabalho integrados e disposições conjuntas de financiamento – são instrumentos poderosos para reforçar a sua eficácia, eficiência e o impacto. As possibilidades de programas conjuntos serão assim mais exploradas, partindo de esforços semelhantes já em curso em áreas como: HIV/SIDA, reforma da justiça, recolha de dados, água e saneamento. Os resultados esperados dos programas conjuntos baseiam-se na Matriz de Resultados do UNDAF e no plano dos M&E (Mecanismos de Acompanhamento e Avaliação).

Noutras áreas em que os conhecimentos especializados de vários organismos da ONU irão contribuir para a prossecução dos mesmos resultados, serão desenvolvidos acordos de colaboração específicos. O princípio orientador para a determinação destes acordos serão a maior eficiência e a maior eficácia para as Nações Unidas no seu todo. Prevê-se que, em muitos casos, tal se consiga através do planeamento do trabalho e definição das funções em conjunto, sendo a implementação propriamente dita efectuada independentemente, mas com um acompanhamento e avaliação conjuntos.

A incidência geográfica também poderá representar um factor de escolha importante no estabelecimento dos programas conjuntos. As agências da ONU envolvidas poderão conjugar os seus apoios programáticos no terreno. Quando várias agências estiverem presentes num mesmo local, deverão ser previstos mecanismos de coordenação. Quando só estiverem presentes uma ou poucas agências, deverão esforçar-se por colaborar com os programas de outras agências.



Os parceiros deverão partilhar informações e fazer o ponto da situação sobre os Programas Conjuntos e efectuar verificações conjuntas no terreno. Recomenda-se uma análise anual, a efectuar por todos os parceiros, resultando num único relatório intercalar.

#### 4.3 MECANISMOS DE GESTÃO DO UNDAF

A coordenação da implementação deste UNDAF será feita através de um mecanismo em quatro níveis:

##### 4.3.1 COMITÉ COORDENADOR DO UNDAF

O Comité Coordenador do UNDAF é constituído pela Ministra do Planeamento e pela Coordenadora Residente. Cabe a este Comité validar as principais realizações, assim como as principais conclusões das análises à implementação do UNDAF. Assegura, nomeadamente, que os resultados do UNDAF estejam de acordo com as prioridades nacionais. Para além disso, acompanha o funcionamento do comité de resultados do UNDAF.

##### 4.3.2 O UNCT

O Grupo dos Chefes de Agências das Nações Unidas em Angola (UNCT) assegura a coordenação estratégica e a orientação do UNDAF ao nível interno (ou seja, dentro do sistema da ONU). Mais concretamente, assegura que os contributos das agências estejam de acordo com os resultados pretendidos do UNDAF. Acompanha, ainda, o funcionamento dos grupos temáticos.

##### 4.3.3 EQUIPA DE GESTÃO DO PROGRAMA

O Chefe de Programa das Agências assegura a coordenação operacional e a boa implementação das orientações estratégicas do UNCT. Mais precisamente, assegurará que a gestão corrente do programa esteja em coerência com as prioridades do UNDAF.

##### 4.3.4 GRUPOS TEMÁTICOS

Constituídos por especialistas de programas das agências que participam num tema específico, estes grupos asseguram o acompanhamento da implementação do UNDAF ao nível técnico, assegurando que os resultados obtidos pelas agências convergem com os resultados pretendidos do UNDAF, e tratam das questões operacionais com vista a uma maior eficácia. Idealmente, o número e os temas dos grupos deverão estar em coerência com os resultados pretendidos do UNDAF, mas esse número poderá ser maior na medida em que algumas questões específicas exijam particular atenção (por ex<sup>o</sup>.: HIV/SIDA e Género).

##### 4.3.5 COMITÉ DE RESULTADOS DO UNDAF

Constituído por representantes dos parceiros de implementação angolanos e pelas agências da ONU que participam num resultado específico, este Comité assegura o alinhamento dos resultados do UNDAF com as prioridades nacionais e trata de questões operacionais com vista a melhores resultados.



#### 4.3.6 OPERAÇÕES

Para as agências ExCom implementar-se-á a Abordagem Harmonizada de Transferência de Fundos (HACT) de modo a reduzir os custos com as transacções e reforçar a apropriação nacional.

Sempre que possível, deverá haver uma colaboração conjunta, tanto ao nível das Nações Unidas, através do programa e programação conjuntos e do reforço da coordenação do UNCT – ver acima –, como ao nível governamental, através dos mecanismos de coordenação existentes, tais como o CNAC, os comités coordenadores dos ODMs, e os mecanismos de coordenação sectorial.

Sempre que necessário, a implementação será efectuada através das delegações no país ou na região, com vista a reforçar o apoio no terreno e a coordenação corrente com as autoridades e os parceiros locais. Quando várias agências estiverem presentes num mesmo local, deverá ser implementado um mecanismo de coordenação local. Quando apenas algumas estiverem presentes, as agências – presentes –, deverão esforçar-se por colaborar com os programas de outras agências.

Os doadores, as ONGs, o sector privado e a sociedade civil deverão ser totalmente integrados no desenvolvimento de Angola. Por conseguinte, deverão ser conduzidas regularmente análises conjuntas, tanto multi-sectoriais (sobre todo o UNDAF), como sectoriais (sobre um resultado específico do UNDAF ou do PN), e deverá ser partilhada a informação através do UNRC ou da agência de ligação.

#### 4.3.7 ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO

As Nações Unidas irão otimizar os seus vários conhecimentos especializados em comunicação (UNICEF, IRIN, PNUD e UNESCO) através da sua estratégia de comunicação com vista a partilhar informações sobre as actividades em curso e os progressos alcançados, disponibilizando uma plataforma de rede para apoio aos mecanismos de coordenação e para dar informações precisas sobre o UNDAF a pedido de várias fontes. Também permitirá que mensagens comuns importantes sejam divulgadas através de canais e redes de comunicação próprios, dentro e entre os ministérios e as agências da ONU.





## Secção 05: Recursos

### 5.1 RECURSOS NECESSÁRIOS

O montante total necessário para alcançar os resultados descritos na Secção 2 está estimado em: USD 411.127.176.

Os montantes indicativos de recursos disponíveis e de recursos a mobilizar (por resultado pretendido e por agência) para este UNDAF são os seguintes:

<b>Agência</b>		<b>Resultado 1</b>	<b>Resultado 2</b>	<b>Resultado 3</b>	<b>Resultado 4</b>	<b>Total</b>
<b>FAO</b>	Necessário	5.000.863	0	0	18.882.000	23.882.863
	Disponível	760.863	0	0	8.182.000	8.942.863
	Em falta	4.240.000	0	0	10.700.000	14.940.000
<b>IFAD</b>	Necessário	0	0	0	24.200.000	24.200.000
	Disponível	0	0	0	8.200.000	8.200.000
	Em falta	0	0	0	16.000.000	16.000.000
<b>OIM</b>	Necessário	2.160.000	1.000.000	1.100.000	1.510.000	5.770.000
	Disponível	900.000	500.000	500.000	10.000	1.910.000
	Em falta	1.260.000	500.000	600.000	1.500.000	3.860.000
<b>ONUSIDA</b>	Necessário	0	0	3.800.000	0	3.800.000
	Disponível	0	0	3.800.000	0	3.800.000
	Em falta	0	0	0	0	0
<b>PNUD</b>	Necessário	16.650.000	7.653.715	55.123.000	37.176.000	116.602.715
	Disponível	6.100.000	4.445.750	55.123.000	9.726.000	75.394.750
	Em falta	10.550.000	3.207.965	0	27.450.000	41.207.965
<b>UNESCO</b>	Necessário	2.950.000	3.185.000	1.779.900	1.050.000	8.964.900
	Disponível	2.250.000	785.000	229.900	50.000	3.314.900
	Em falta	700.000	2.400.000	1.550.000	1.000.000	5.650.000
<b>FNUAP</b>	Necessário	13.275.000	12.800.000	4.300.000	200.000	30.575.000
	Disponível	8.200.000	8.550.000	3.250.000	100.000	20.100.000
	Em falta	5.075.000	4.250.000	1.050.000	100.000	10.475.000
<b>ACNUR</b>	Necessário	5.970.000	0	830.000	0	6.800.000
	Disponível	1.870.000	0	230.000	0	2.100.000
	Em falta	4.100.000	0	600.000	0	4.700.000
<b>UNICEF</b>	Necessário	42.257.811	111.609.922	3.241.965	0	157.109.698
	Disponível	22.753.299	46.047.495	2.348.635	0	71.149.429
	Em falta	19.504.512	65.562.427	893.330	0	85.960.269
<b>UNIDO</b>	Necessário	0	1.442.000	0	4.500.000	5.942.000
	Disponível	0	721.000	0	0	721.000
	Em falta	0	721.000	0	4.500.000	5.221.000
<b>VNU</b>	Necessário	750.000	465.000	390.000	0	1.605.000
	Disponível	350.000	35.000	40.000	0	425.000
	Em falta	400.000	430.000	350.000	0	1.180.000
<b>PAM</b>	Necessário	0	0	0	TBD	0
	Disponível	0	0	0	TBD	0
	Em falta	0	0	0	TBD	0
<b>WHO</b>	Necessário	0	25.500.000	375.000	0	25.875.000
	Disponível	0	7.500.000	125.000	0	7.625.000
	Em falta	0	18.000.000	250.000	0	18.250.000
<b>Total</b>	Necessário	89.013.674	163.655.637	70.939.865	87.518.000	411.127.176
	Disponível	43.184.162	68.584.245	65.646.535	26.268.000	203.682.942
	Em falta	45.829.512	95.071.392	5.293.330	61.250.000	207.444.234



## SECÇÃO 06: ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

---

### 6.1 ANTECEDENTES

O Acompanhamento e a Avaliação são a pedra-toque de qualquer progresso em Angola: é fundamental planejar, estabelecer prioridades, comunicar os resultados e aumentar a notoriedade para se conseguirem progressos estratégicos mais significativos.

A necessidade actual de dados diversificados em várias áreas sectoriais tem vindo a prejudicar a mobilização social no ultrapassar das dificuldades nacionais. Constitui também um défice em termos de responsabilização: a falta de bases de referência prejudica o processo de afectação de recursos financeiros, bem como a determinação dos investimentos requeridos em função dos custos previstos. A ONU disponibilizará, a pedido, apoio técnico especializado nessas áreas aos ministérios de modo a melhor contribuir para a implementação das recomendações do exercício das Despesas Públicas (Dezº. 2007).

Por sinal, estas dificuldades foram já bem identificadas e foram iniciadas acções no final do ciclo 2005-2008. Embora seja prestada particular atenção ao Recenseamento Nacional da População nos próximos cinco anos, vários inquéritos (Malária, Nutrição, MICS-IDR) trarão informação concreta sobre a situação social e económica. Haverá também acções conjuntas com o Governo para reforçar os sistemas em sectores como: comunicação dos ODMs, Saúde, gestão da Água e da Educação e registo de nascimentos.

### 6.2 ENQUADRAMENTO

O enquadramento dos M&E do UNDAF assentará em três tipos de indicadores de prioridades:

- Indicadores de desenvolvimento de prioridades incluídos no projecto de Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo [2009-2013] do Governo
- Indicadores relacionados com os ODMs (reunidos numa base de dados do tipo Devinfo)
- Indicadores de Acompanhamento com Base nos Resultados do UNDAF

Esta estratégia tripartida assegurará que o UNCT responde aos seus vários mandatos: apoiar os esforços de desenvolvimento do governo, contribuir para o sucesso dos ODMs em Angola, e assegurar a coerência com a estratégia única das Nações Unidas.

A escolha dos indicadores pode sofrer algumas alterações ao longo do tempo, com o estabelecimento de novos indicadores e fontes de dados. Pretende-se que os vários pontos focais de M&E das agências da ONU revejam periodicamente a relevância dos indicadores seleccionados; acrescentando, eliminando ou modificando os indicadores, assim como recomendando novos estudos para obter mais dados. Espera-se que a equipa de M&E colabore com os esforços sectoriais do Governo em termos de M&E participe nestes fóruns de modo a assegurar um alinhamento adequado com as prioridades.



### 6.3 COORDENAÇÃO E ESTRUTURA DOS M&E

A M&E terá duas vertentes. Haverá mecanismos internos e mecanismos externos: os mecanismos internos das Nações Unidas fornecerão análises sistémicas da coordenação das agências da ONU em termos de M&E; e os externos assegurarão o alinhamento com as estruturas e os mecanismos sectoriais nacionais e descentralizados do Governo.

Para assegurar a coordenação das actividades de M&E das Nações Unidas e o seu contributo para a implementação do UNDAF 2009-2013, será criada com o Governo uma equipa conjunta de M&E, envolvendo os pontos focais de cada uma das agências operacionais da ONU e um representante do Ministério do Planeamento.

Esta equipa será responsável pela análise anual dos indicadores do UNDAF, nomeadamente para analisar os progressos alcançados e as dificuldades encontradas, e cada membro da equipa será responsável pelas intervenções do UNDAF relacionadas com a área específica de trabalho da sua agência. Os resultados da análise INTERNA serão partilhados com o Governo de forma a avaliar a medida em que a implementação do UNDAF está a ser efectuada por todas as agências das Nações Unidas. As informações constantes na análise anual também constituirão a base para a Análise Intercalar do próprio UNDAF, podendo nessa altura os indicadores e os resultados pretendidos ser alterados em função das circunstâncias sociopolíticas.

Importa referir em particular os programas conjuntos, os quais irão beneficiar de um acompanhamento integrado e de visitas ao terreno, análises e relatórios conjuntos sob a coordenação da agência de ligação.

### 6.4 PROCESSO DE M&E

O processo conjunto de M&E seguirá três caminhos específicos: i) recolha regular de dados e respectiva análise para facilitar a implementação dos programas e actividades conjuntas; ii) análises em função de cada marco cíclico (Análise Conjunta Anual, Análise Intercalar, Análise de Fim de Ciclo, Análise dos Doadores) para as quais deverão ser elaborados pela agência de ligação documentos preparatórios sobre cada Resultado do UNDAF; iii) apoio geral em termos de informação transversal ao Governo, aos níveis nacional e sub-nacional, com vista à criação de sistemas sustentáveis de qualidade.



# ANEXOS



<b>Resultado 1 do UNDAF:</b>	Desenvolvimento da capacidade institucional para, com base na evidência, se conseguir um melhor planeamento, legislação, responsabilização pelas estruturas de governação e ambiente jurídico para responder às necessidades dos pobres e dos mais vulneráveis ao mesmo tempo que se reforça o envolvimento comunitário, a participação cívica no sentido da coesão social, a reconciliação nacional e a capacitação das mulheres
------------------------------	---

Resultados das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
1.1 Políticas e reformas públicas participativas que permitam a desconcentração e descentralização efectivas e o desenvolvimento harmonioso do território nacional	1.1.1 Desenvolvidas as capacidades para a concepção e implementação inclusivas, de políticas e reformas, nomeadamente os processos de desconcentração e descentralização, incluindo metodologias para fomentar a participação, dados fiáveis e boas práticas (PNUD, UNICEF, FNUAP)	<p><u>Indicador (PNUD):</u>                      Percentagem de despesas incorridas pelas autoridades locais  <u>Referência:</u> n/d  <u>Alvo:</u> (alvo a definir de acordo com o Plano de Desenvolvimento a Médio Prazo - PDMP)</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u>                      Número de Planos de Desenvolvimento Local preparados e implementados através de processos inclusivos  <u>Referência:</u> n/d  <u>Alvo:</u> 68 [municípios]</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u>  <u>Grau de execução de uma estratégia para desenvolvimento de capacidades para a formulação e implementação de políticas e planos inclusivos</u>  <u>Referência:</u> nenhum CD estratégia desenvolvida  <u>Alvo:</u> CD Desenvolvido estratégia e o plano de acção parcialmente executadas</p> <p><u>Indicador (FNUAP):</u>                      Número e tipo de planos e projectos sectoriais que tenham em consideração questões de População, Saúde Reprodutiva e Género.  <u>Alvo:</u> 60% de todos os planos nacionais</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u> número de províncias que possuem planos de implementação para os 11 compromissos  <u>Referência:</u> 1  <u>Alvo:</u> 18</p>	<p><u>PNUD:</u> Reforçar as capacidades recorrendo às boas práticas e reforçando a disponibilidade de dados, o planeamento e a participação</p> <p><u>UNICEF:</u> formação e apoio na concepção de planos para implementar os 11 compromissos ao nível das províncias, incluindo orçamentação em função das crianças e apoio às políticas sociais</p> <p><u>FNUAP:</u> Integração das questões de População, Saúde Reprodutiva e Género nas políticas e nos programas de desenvolvimento</p>	<p><u>PNUD:</u>                      USD                      3,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u>                      USD                      2,108,425</p> <p><u>FNUAP:</u>                      USD                      1,000,000</p>	<p><u>PNUD:</u>                      USD 7,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u>                      USD 5,460,075</p> <p><u>FNUAP:</u>                      USD 1,000,000</p>
1.2 Reconciliação e coesão nacional através da consolidação da democracia e das suas instituições, incluindo um maior envolvimento cívico	1.2.1 Reforçado o parlamento e as assembleias municipais em termos de maiores responsabilidades e representação democrática (PNUD)	<p><u>Indicador (PNUD):</u>                      Número de assembleias municipais em funcionamento  <u>Referência:</u> 0  <u>Alvo:</u> 68</p>	<p><u>PNUD:</u> reforço da capacidade das instituições para com a coesão/democratização nacional em conformidade com os direitos e liberdades fundamentais</p>	<p><u>PNUD:</u>                      USD                      800,000</p>	<p><u>PNUD:</u>                      USD 700,000</p>

<p>assegurado pelo Estado</p>	<p>1.2.2 População com melhor acesso à justiça através do apoio às reformas e ao desenvolvimento de capacidades das instituições, da estrutura de governação e do meio jurídico (UNICEF, PNUD, UNHCR)</p>	<p><u>Indicador (UNICEF):</u> Número de Tribunais Juvenis <u>Referência:</u> 1 <u>Alvo:</u> 12</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de casos julgados em tribunal <u>Referência:</u> [a verificar num estudo previsto sobre o desempenho dos tribunais] <u>Alvo:</u> aumento de 30% em relação à referência</p> <p><u>Indicador (UNHCR):</u> <u>Revisão da lei de asilo formulado e adoptada</u> <u>Referência:</u> 1 <u>Alvo:</u> 1 <u>Numero de casos de asilo decididos</u> <u>Referência::</u> 138 (2007) <u>Alvo:</u> (3,500)</p>	<p><u>UNICEF:</u> apoio ao programa conjunto dirigido às crianças</p> <p><u>PNUD:</u> apoio à implementação da reforma e modernização da justiça</p> <p><u>UNHCR:</u> Apoio ao desenvolvimento de quadro legal para definir o estatuto de refugiado</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 1,916,750</p> <p><u>PNUD:</u> USD 1,200,000</p> <p><u>UNHCR:</u> USD 620,000</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 6,825,093</p> <p><u>PNUD:</u> USD 1,300,000</p> <p><u>UNHCR:</u> USD 1,000,000</p>
	<p>1.2.3 Promovidos os princípios democráticos através do envolvimento comunitário e cívico e da coesão nacional (PNUD, UNESCO)</p>	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de OSCs que realizam acções de formação cívica em encontros comunitários sobre educação de direitos humanos e direito eleitoral <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 20</p> <p><u>Indicador (UNESCO):</u> Número de Centros de Media criados nas comunidades <u>Referência:</u> 2 <u>Alvo:</u> 5</p>	<p><u>PNUD:</u> reforço das capacidades da Sociedade Civil com vista à coesão/democratização nacional em conformidade com os direitos e liberdades fundamentais</p> <p><u>UNESCO:</u> Apoiar programas sobre comunicação para o desenvolvimento com o UNCT de Angola. Estabelecer centros comunitários de recursos e aprendizagem multimédia como catalisadores do desenvolvimento centrado nas pessoas.</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 700,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 25,000</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 1,300,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 450,000</p>
<p>1.3. Políticas e planos nacionais para a protecção social, e solidariedade nacional centrada nos direitos humanos e nas questões de género, inseridos num enquadramento que inclui a participação da Sociedade Civil, integrando as redes comunitárias para a protecção dos mais vulneráveis, especialmente as mulheres e as crianças</p>	<p>1.3.1 Apoio dado ao desenvolvimento e implementação de um quadro jurídico abrangente para a protecção social, incluindo a participação integral da Sociedade Civil e orientado para os mais vulneráveis (mulheres e crianças) (FNUAP, UNICEF, VNU, UNHCR, OIM)</p>	<p><u>Indicador (FNUAP):</u> Porcentagem de mulheres em lugares de autoridade e de tomada de decisão nas instituições a todos os níveis <u>Referência:</u> 18% (2007) <u>Alvo:</u> 30% (SADC)</p> <p><u>Indicador (FNUAP):</u> Aumento no número de casos de violência por motivos sexuais ou de género e de casos de crimes de natureza sexual julgados anualmente <u>Referência::</u> n/d <u>Alvo:</u> 20%</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u></p>	<p><u>FNUAP:</u> Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento e implementação de uma política nacional de igualdade entre homens e mulheres. Defesa da criação de mecanismos eficazes de base comunitária para reduzir os casos de violência</p> <p><u>UNICEF:</u> Reforço da capacidade do Conselho Nacional para as Crianças para a análise e diálogo sobre políticas e para a promoção de ligações verticais entre os níveis nacional e local, e reforço da responsabilização na implementação dos 11 Compromissos</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 2,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 3,333,334</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 1,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 11,188,678</p>

		<p>Número de províncias que implementam a estratégia nacional sobre violência contra as crianças  <u>Referência:</u> 0  <u>Alvo:</u> 18</p> <p><u>Indicador (VNU):</u> Iniciativas direccionadas para o lançamento de uma política de voluntariado  <u>Referência:</u> n/d  <u>Alvo:</u> Lançamento de um projecto de política para o voluntariado</p> <p>Indicador OIM) : Nr de casos reportados sobre trafico humano (mulheres e crianças)  <u>Referência:</u> 0  Alvo: 7 Províncias fronteiriças</p> <p><u>Indicador (UNHCR):</u>  Política nacional de assistência aos requerentes de asilo e refugiados aprovada  <u>Referência:</u> 0  Alvo: 1  No de centros de acolhimento estabelecidos.  <u>Referência:</u> 0  Alvo: 5</p>	<p><u>VNU:</u> Promoção e lançamento do processo para uma política nacional de voluntariado</p> <p><u>UNHCR:</u> Reforço de capacidades para receber e tratar os requerentes de asilo e refugiados</p> <p><u>OIM:</u> Assistência técnica e sensibilização para combate ao trafico humano; advocacia com o GOA para ratificar dois Protocolos da Convenção das NU sobre Crimes Organizados de trafico (Protocolo de Palermo) e assistência para elaborar de lei para proteger as vitimas e punição dos criminosos.</p>	<p><u>VNU:</u>  USD  350,000</p> <p><u>UNHCR:</u>  USD  1,250,000</p> <p>OIM  600'000  USD</p>	<p><u>VNU:</u>  USD 400,000</p> <p><u>UNHCR:</u>  USD2,700,000</p> <p>OIM 1,000'000 USD</p>
	<p>1.3.2 Apoio dado à inserção transversal dos direitos humanos e da igualdade entre homens e mulheres nas políticas nacionais e no meio jurídico, incluindo direitos civis como o registo de nascimento e a protecção dos migrantes, refugiados e requerentes de asilo (UNICEF, FNUAP, UNESCO, UNHCR)</p>	<p><u>Indicador (UNESCO):</u>  Criação de uma rede de investigação orientada para as políticas na área do desenvolvimento social  <u>Referência:</u> rede inexistente  <u>Alvo:</u> rede de investigação operacional</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u>  Percentagem de crianças registadas  <u>Referência:</u> 29%  <u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (UNHCR)</u>  <u>Referência:</u> 0 (exercício anterior suspenso sem resultados fidedignos)  <u>Alvo:</u> 16.000</p>	<p><u>UNICEF:</u> advocacia e apoio técnico aos parceiros para o registo universal de crianças</p> <p><u>UNESCO:</u> Reforço de redes de investigação sobre política pública na área do desenvolvimento social com vista a apoiar a formulação de políticas em áreas como as questões urbanas, a juventude e o ensino das ciências humanas e sociais, em colaboração com o INIDE</p> <p><u>FNUAP:</u> Defender a integração da igualdade entre homens e mulheres nas políticas nacionais e no contexto jurídico</p> <p><u>UNHCR:</u> apoio atempado ao registo e provisão de documentação</p>	<p><u>UNICEF:</u>  USD  691,841</p> <p><u>UNESCO</u>  :  USD  25,000</p> <p><u>FNUAP:</u>  USD  100.000</p> <p><u>UNHCR:</u>  USD  0.000</p>	<p><u>UNICEF:</u>  USD 1,096,490</p> <p><u>UNESCO:</u>  USD 250,000</p> <p><u>FNUAP:</u>  USD 75.000</p> <p><u>UNHCR:</u>  USD 400,000</p>

<p>1.4 As autoridades recolhem / compilam / analisam e divulgam dados desagregados por sexo a partir de recenseamentos e inquéritos sobre a população e a habitação e sistemas regulares para o desenvolvimento das políticas e programas</p>	<p>1.4.1. Disponibilidade de estatísticas oficiais sociais e demográficas (FNUAP, FAO)</p>	<p><u>Indicador (FNUAP):</u> Realização do recenseamento da população e da habitação <u>Referência:</u> [último recenseamento foi em 1970] <u>Alvo:</u> recenseamento efectuado</p> <p><u>Indicador (FNUAP):</u> Número de estudos efectuados sobre a População e Desenvolvimento, Género, Saúde reprodutiva, e outras questões culturais sensíveis <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 2</p> <p><u>Indicador (FAO):</u> Preparação e realização do Recenseamento da Agricultura, Floresta e do Gado <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> Recenseamento realizado</p>	<p><u>FNUAP:</u> Apoio técnico e financeiro ao recenseamento da População e Habitação e a outros inquéritos relevantes</p> <p><u>FAO:</u> Desenvolvimento de capacidades do GEPE-MINADER, para a recolha, utilização e divulgação das estatísticas sectoriais</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 4,600,000</p> <p><u>FAO :</u> USD 423,863</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 2,500,000</p>
	<p>1.4.2 Desenvolvidas as capacidades para mais recolha de dados e respectiva compilação, análise e divulgação, incluindo estudos e análises sobre dados desagregados geograficamente por sexo com vista a melhorar os processos de planeamento (FNUAP, PNUD, UNICEF, UNESCO, FAO)</p>	<p><u>Indicador (FNUAP):</u> Utilizadas bases de dados nacionais e sub-nacionais resultantes do Recenseamento e outros inquéritos para a tomada de decisões com base na evidência e para acompanhamento do plano de desenvolvimento nacional <u>Referência:</u> N/A <u>Alvo:</u> Um estudo demográfico na área da Saúde</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Disponibilização de estatísticas actualizadas sobre os ODMs <u>Referência:</u> não há dados completos/actualizados sobre os progressos relativamente aos ODMs <u>Alvo:</u> Relatório com dados actualizados sobre os progressos alcançados relativamente aos ODMs</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> <u>Desenvolvimento de capacidades técnicas e funcionais do INE</u> <u>Referência:</u> sem capacidade de avaliação conduzidos <u>Alvo:</u> Avaliação de capacidade conduzida, estratégia de desenvolvimento de capacidade em execução</p> <p><u>Indicador (UNESCO):</u> Número de províncias onde foram criadas bases de dados sobre educação <u>Referência:</u> 0 <u>Alvo:</u> 7</p>	<p><u>FNUAP:</u> Apoio ao INE e instituições académicas em estudos socioculturais sobre questões de género</p> <p><u>PNUD:</u> promover e apoiar o desenvolvimento das capacidades técnicas e funcionais do INE</p> <p><u>UNICEF:</u> apoio a parceiros aos níveis nacional e sub-nacional na concepção e implementação de estudos e sistemas de rotina para M&amp;A</p> <p><u>UNESCO:</u> Desenvolvimento do EMIS (Sistema de Informação e Gestão na Educação), incluindo a instalação de capacidades para recolher, processar e analisar dados sobre educação aos níveis provincial e municipal</p> <p><u>FAO:</u> Apoio à divulgação de dados actualizados desagregados geograficamente (urbano vs. rural) e por sexo, e respectiva análise</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 500,000</p> <p><u>PNUD:</u> USD 400,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 2,108,425</p> <p><u>UNESCO</u> : USD 2,200,000</p> <p><u>FAO:</u> USD 175,000</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 500,00</p> <p><u>PNUD:</u> USD 250,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 4,547,526</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 0</p>

		<p><u>Indicador (FAO):</u>                  Frequência de divulgação das estatísticas sectoriais agrícolas  <u>Referência:</u> Trimestral  <u>Alvo:</u> Mensal</p>			
<p><b>ODM 3:</b> Promover a igualdade entre homens e mulheres e capacitar as mulheres  <b>ODM 8:</b> Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento</p>					



**Resultado 2 do UNDAF:** Acesso melhorado e mais igualitário a serviços sociais integrados e de qualidade, aos níveis nacional e sub-nacional, com ênfase nos ODMs

Resultados Previstos do Programa Nacional até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
2.1 As autoridades nacionais e sub-nacionais asseguram eficazmente a prestação de ensino universal de qualidade para rapazes e raparigas no ensino pré-primário, primário, secundário e de adultos	2.1.1 Os rapazes e as raparigas têm mais acesso a ensino pré-primário e primário de qualidade numa série de municípios previamente seleccionados (FNUAP, UNICEF, UNESCO)	<p><u>Indicador (UNICEF):</u> Taxa de inscrição nas escolas primárias em 16 municípios seleccionados <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 90%</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u> Percentagem de salas de aula que cumprem as condições essenciais à aprendizagem; <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 90%</p> <p><u>Indicador (UNESCO):</u> Desenvolvimento e implementação do Quadro Nacional de Qualificação de Professores, e implementação da política nacional sobre Ensino Aberto e à Distância <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> Quadro e política nacionais implementados</p>	<p><u>FNUAP:</u> Promover junto do Governo e da sociedade civil a redução da taxa de abandono escolar entre as raparigas.</p> <p><u>UNICEF:</u> Desenvolvimento de capacidades aos níveis nacional e provincial do Ministério da Educação e do MINARS para promover e reforçar um plano sectorial completo e coordenado. Promover a inclusão das crianças que não frequentam a escola e aumentar a igualdade de oportunidades na educação; criação das condições essenciais para a aprendizagem, nomeadamente, a construção de escolas e o desenvolvimento de um sistema de controlo dos indicadores da educação</p> <p><u>UNESCO:</u> Apoio ao desenvolvimento de capacidades aos níveis nacional e provincial para políticas completas de formação de professores e estágios em todos os níveis de ensino</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 150,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 3,391,306</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 300,000</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 100,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 13,308,932</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 1,000,000</p>
	2.1.2 A Estratégia Nacional de Literacia e Aprendizagem Acelerada em implementação em todas as províncias (UNICEF, UNESCO)	<p><u>Indicador (UNESCO):</u> Taxa de literacia <u>Referência:</u> 67% <u>Alvo:</u> 90%</p>	<p><u>UNICEF:</u> Apoio técnico à implementação de acções de formação de professores em todo o país e alargamento do âmbito do programa de aprendizagem acelerada</p> <p><u>UNESCO:</u> Apoio à DNEG (Direcção Nacional de Ensino Geral) e aos governos provinciais no acompanhamento e avaliação da implementação da estratégia de literacia, bem como no desenvolvimento de acções para a sua</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 1,043,479</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 15,000</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 4,095,056</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 400,000</p>

Resultados Previstos do Programa Nacional até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
			sustentabilidade		
	2.1.3 Adolescentes e jovens envolvidos em programas e redes de competências para a vida, educação para a paz, e prevenção do abandono escolar, e com a possibilidade de reentrar no sistema de ensino (FNUAP, UNICEF, VNU)	<p><u>Indicador (FNUAP):</u> Proporção de adolescentes e jovens capazes de transmitir pelo menos duas mensagens relacionadas com a saúde reprodutiva <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 85%</p> <p><u>Indicador (VNU):</u> Número de iniciativas nacionais promovidas envolvendo jovens voluntários <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> Uma iniciativa por ano envolvendo jovens voluntários</p>	<p><u>FNUAP:</u> Apoio à integração de informação sobre Saúde Reprodutiva acessível aos adolescentes e jovens nas Unidades de Saúde</p> <p><u>UNICEF:</u> Prevenção primária do VIH e competências para a vida entre os adolescentes e os jovens. Clubes sobre questões de género nas escolas com vista à prevenção do VIH</p> <p><u>VNU:</u> Apoio nacional às instituições para a criação de uma infra-estrutura sustentável que facilite a participação dos jovens enquanto voluntários para o desenvolvimento</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 2,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 1,982,676</p> <p><u>VNU:</u> USD 15,000</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 1,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 6,148,178</p> <p><u>VNU:</u> USD 430,000</p>
	2.1.4 Currículo escolar enriquecido com a inclusão de questões transversais (FNUAP, UNESCO, PNUD, UNIDO)	<p><u>Indicador (FNUAP):</u> Questões de Género, População, Educação sobre Vida Familiar e Saúde reprodutiva integradas nos currículos e manuais <u>Referência:</u> 7.500 <u>Alvo:</u> 30.000</p> <p><u>Indicador (UNESCO):</u> Género, Ambiente, Educação para a Paz e Direitos Humanos integradas nos currículos escolares. <u>Referência:</u> Foi efectuado em 2007 um inventário de questões transversais nos currículos <u>Alvo:</u> Currículo aprovado e implementado</p> <p><u>Indicador (PNUD, UNIDO):</u> Inclusão da Educação para o Empreendedorismo no currículo do ensino secundário <u>Referência:</u> Não incluída <u>Alvo:</u> incluída</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Nº de materiais distribuídos para a inclusão das temáticas do VIH e da</p>	<p><u>FNUAP:</u> Promover a integração das questões de género, população e educação para a vida familiar e Saúde Reprodutiva no currículo do ensino secundário</p> <p><u>UNESCO:</u> Apoio técnico e financeiro prestado ao INIDE, escolas de formação de professores e Instituto Superior de Ciências da Educação, para a introdução de questões transversais nos currículos e para reforçar o ensino da matemática, ciências e tecnologia</p> <p><u>PNUD:</u> Apoio ao INIDE para a inclusão da educação sobre empreendedorismo nas escolas secundárias; Apoio ao Ministério da Educação para a inclusão de tópicos sobre responsabilidade sexual e VIH nos materiais dos cursos de medicina</p> <p><u>UNIDO:</u> apoio à introdução de capacidades de formação em empreendedorismo nos currículos</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 400,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 470,000</p> <p><u>PNUD:</u> USD 345,750.00</p> <p><u>UNIDO:</u> USD 721,000.00</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 150,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 1,000,000</p> <p><u>PNUD:</u> USD 3,207,965</p> <p><u>UNIDO:</u> USD 721,000.00</p>

Resultados Previstos do Programa Nacional até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
		responsabilidade sexual no currículo nacional das escolas <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 19.000			
2.2 Reforçada a capacidade do Governo em prestar serviços sociais	2.2.1 Mais trabalhadores devidamente qualificados e habilitados, disponíveis para assegurar os serviços essenciais às famílias, mulheres e crianças nos municípios-alvo (FNUAP, OMS, UNICEF, OIM, UNIFEM, PNUD, ONUSIDA)	<p><u>Indicador (FNUAP, OMS, UNICEF):</u> Proporção de partos assistidos por pessoal qualificado (em municípios previamente escolhidos nas províncias-alvo) <u>Referência:</u> 47% <u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (FNUAP):</u> Taxa de prevalência nacional de contraceptivos modernos <u>Referência:</u> Dados 6%; <u>Alvo:</u> 10%</p> <p><u>Indicador (FNUAP):</u> Porcentagem de estruturas que oferecem serviços de saúde reprodutiva, incluindo cuidados pré-natais, parto e pós-parto, e planeamento familiar (em municípios seleccionados nas províncias-alvo) <u>Referência:</u> 13%; <u>Alvo:</u> 50%;</p> <p><u>Indicador (UNICEF, OMS):</u> Porcentagem de municípios com 80% ou mais de pentavalent-3 nas crianças com menos de 1 ano (em municípios seleccionados nas províncias-alvo) <u>Referência:</u> 12% <u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (UNICEF, OMS):</u> Porcentagem de crianças com menos de 5 anos que dormem protegidas por mosquiteiros tratados com insecticida <u>Referência:</u> 22% <u>Alvo:</u> 80% (em municípios seleccionados nas províncias-alvo)</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u> Aumento no acesso e utilização de</p>	<p><u>FNUAP:</u> Apoio técnico e financeiro à implementação de programas de saúde reprodutiva, incluindo o reposicionamento do planeamento familiar e dos Serviços Emergência Obstétrica</p> <p><u>OMS:</u> Reforço dos programas de imunização nos distritos e melhoria dos serviços de imunização de rotina. Reforço das capacidades dos técnicos de saúde na prestação de assistência qualificada</p> <p><u>UNICEF:</u> Desenvolvimento de políticas públicas, advocacia e parcerias para alargamento da ASCD, inicialmente implementadas em 16 municípios-alvo das 5 províncias (Luanda, Bié, Huíla, Moxico e Cunene). Reforço da Capacidade Institucional tendo em vista o Planeamento e a Gestão Descentralizada dos Serviços de Saúde; Prestação de serviços.</p> <p><u>PNUD:</u> organizar seminários de formação em tratamento da TB para técnicos de laboratório, supervisores de laboratório, enfermeiros e supervisores de saúde dos municípios/províncias</p> <p><u>OIM:</u> Apoio ao programa de retorno temporário para trabalhadores de saúde.</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 4,000,000</p> <p><u>OMS:</u> USD 7,500,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 4,014,633</p> <p><u>PNUD:</u> USD 4,100,00</p> <p><u>OIM:</u> USD100 000</p>	<p><u>FNUAP:</u> USD 2,000,000</p> <p><u>OMS:</u> USD 18,000,000</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 16,395,441</p> <p><u>PNUD:</u> USD 0</p> <p><u>OIM:</u> USD100 000</p>

Resultados Previstos do Programa Nacional até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
		<p>sistemas de saneamento melhorados e geridos localmente nos 16 municípios</p> <p><u>Referência:</u> [Resultados de referência da ACSD]</p> <p><u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de pacientes com TB a receber apoio através do tratamento de observação directa</p> <p><u>Referência:</u> n/d</p> <p><u>Alvo:</u> 13.260</p>			
	<p>2.2.2 Disponibilidade dos medicamentos essenciais, e dos equipamentos e materiais necessários nas instalações de saúde nos municípios-alvo para a implementação dos pacotes de revitalização (UNICEF, FNUAP, VNU)</p>	<p><u>Indicador (UNICEF):</u> Percentagem de instalações funcionais e que disponibilizam o pacote essencial integrado em 16 municípios seleccionados</p> <p><u>Referência:</u> [a aguardar resultados de referência da ACSD de Maio]</p> <p><u>Alvo:</u> 95%</p> <p><u>Indicador (UNICEF):</u> Aumento no acesso e utilização de sistemas de abastecimento de água geridos localmente em 16 municípios</p> <p><u>Referência:</u> [a aguardar resultados de referência da ACSD]</p> <p><u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (VNU):</u> Número de voluntários VNU mobilizados por província ACSD</p> <p><u>Referência:</u> [4 voluntários internacionais VNU por ano]</p> <p><u>Alvo:</u> Pelo menos um voluntário VNU mobilizado para cada província ACSD</p>	<p><u>UNICEF:</u> Assegurar, aos níveis provincial e municipal, as capacidades essenciais em termos de aprovisionamento para mãe e filho de pacote medico essencial, planeamento, compras, distribuição, controlo e armazenamento.</p> <p><u>VNU:</u> Monitoria e assistência técnica e administrativa</p> <p><u>FNUAP:</u> Apoio técnico e financeiro na implementação do plano estratégico nacional de garantia de bens e mercadorias de saúde reprodutiva, incluindo a compra e gestão de contraceptivos e melhorias no sistema logístico</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 6,423,413</p> <p><u>VNU:</u> USD 20,000</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 2,000,000</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 26,232,705</p> <p><u>VNU:</u> USD 0</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 1,000,000</p>
	<p>2.2.3 Comunidades com mais conhecimentos acerca de aspectos fundamentais dos serviços de cuidados de saúde familiares e mais participativas, conducente a um</p>	<p><u>Indicador (UNICEF):</u> Percentagem dos prestadores de cuidados primários que lavam as mãos com água e sabão sempre que se justifica</p> <p><u>Referência:</u> [a aguardar resultados de referência da ACSD]</p> <p><u>Alvo:</u> 80%</p>	<p><u>UNICEF:</u> Desenvolvimento Comunitário, Alteração de Comportamentos e Mobilização Social. Reforço da Monitoria e Avaliação (M&amp;A).</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 5,620,486</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 22,953,617</p>

Resultados Previstos do Programa Nacional até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
	aumento da participação comunitária no tratamento integrado das doenças infantis e maternas (UNICEF)	<p><u>Indicador (UNICEF):</u>                      Percentagem de prestadores de cuidados primários que conseguem identificar os principais sintomas e sinais de diarreia, malária e infecção respiratória aguda</p> <p><u>Referência:</u> [a aguardar resultados do inquérito sobre Nutrição]</p> <p><u>Alvo:</u> 80%</p>			
<p><b>ODM 1:</b> Erradicar a pobreza extrema e a fome</p> <p><b>ODM 2:</b> Atingir o ensino primário universal</p> <p><b>ODM 3:</b> Promover a igualdade de género e a capacitação das mulheres</p> <p><b>ODM 4:</b> Reduzir a mortalidade infantil</p> <p><b>ODM 5:</b> Melhorar a saúde materna</p> <p><b>ODM 6:</b> Combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças</p> <p><b>ODM 7:</b> Garantir a sustentabilidade ambiental</p>					

<b>Resultado 3 do UNDAF:</b>	Reforço, em todo o país, da resposta institucional e técnica ao VIH e à SIDA para progredir mais rapidamente, através do acesso universal à prevenção, tratamento, cuidados e apoio, avançando no sentido da concretização dos ODMs até 2015, com vista a erradicar o estigma e a discriminação, e para responder ao desafio multi-geracional da epidemia
------------------------------	---

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
3.1 A política operacional permite à população nas 18 províncias de Angola, especialmente as mulheres, adolescentes, jovens, população em maior risco e às PVVIH, terem acesso atempado e de qualidade à prevenção, tratamento e cuidados, e serviços de apoio.	3.1.1.Reinforcada a capacidade técnica do Ministério da Saúde e da Sociedade Civil, em termos de vigilância epidemiológica, avaliação de dados, comunicação, prevenção e monitoria e avaliação (OMS, FNUAP, UNICEF, UNESCO, PNUD)	<p><u>Indicador:</u> Sistemas de vigilância e M&amp;A operacionais em todas as 18 províncias de Angola <u>Referência:</u> sistema nacional, mas sem delegações provinciais <u>Alvo:</u> 18 sistemas a funcionar</p> <p><u>Indicador:</u> Número de campanhas nacionais de prevenção nos media implementadas e avaliadas <u>Referência:</u> 0 <u>Alvo:</u> 2 por ano</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de funcionários do Estado e da Sociedade Civil habilitados para a gestão de casos de vigilância de VIH/TB <u>Referência:</u> 180 <u>Alvo:</u> 540</p>	<p><u>OMS:</u> apoiar a concepção, as ferramentas, as orientações e a formação operacional aos níveis central e provincial</p> <p><u>UNICEF:</u> contribuir para reforçar a capacidade do Ministério da Saúde ao nível central e provincial</p> <p><u>FNUAP:</u> presidir ao grupo temático sobre prevenção e apoiar o Ministério da Saúde na produção de materiais de prevenção sobre VIH e saúde reprodutiva</p> <p><u>PNUD:</u> Reforçar o sistema de vigilância epidemiológica, as equipas nacionais de formação e o pessoal técnico (INLS e Banco de Sangue), reforçar a logística (também ao nível provincial) e as equipas provinciais (administrativos e técnicos)</p> <p><u>UNESCO:</u> promover a adaptação nacional das directrizes da SADC sobre a integração transversal do VIH/SIDA através da divulgação dos materiais da SADC</p>	<p><u>OMS:</u> 10,000. USD</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 333,333</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 250,000</p> <p><u>PNUD:</u> 172,350</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 15,000</p>	<p><u>OMS:</u> 40,000 USD</p> <p><u>UNICEF:</u> USD 335,660</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 50,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 50,000</p>
	3.1.2 Melhorado o acesso a serviços integrados de prevenção e informação sobre o VIH, bem como a testes e aconselhamento, especialmente para as mulheres, os jovens, os adolescentes, e as populações vulneráveis (UNICEF, FNUAP, OIM, ACNUR, UNESCO, PNUD, UNHCR)	<p><u>Indicador (FNUAP, UNICEF, PNUD):</u> Porcentagem de estruturas de saúde que integraram os serviços de prevenção do VIH nos serviços de saúde reprodutiva <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 75%</p> <p><u>Indicador (OIM, ACNUR):</u> Porcentagem de refugiados e populações migradas abrangidos pelos projectos de prevenção <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 100%</p>	<p><u>UNICEF:</u> dar formação a técnicos de saúde, providenciar o material para cobrir as necessidades, e assegurar que os dados são recolhidos regularmente nos 16 municípios-alvo da ACS D</p> <p><u>OMS:</u> contribuir para o alargamento da prevenção de transmissão de mãe para filho, criando notoriedade, disponibilizando ferramentas específicas e melhorando a capacidade técnica de técnicos de saúde</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD: 766,700</p> <p><u>OMS:</u> USD 30,000</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD: 1,706,273</p> <p><u>OMS:</u> USD 45,000</p> <p><u>FNUAP:</u></p>



Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
		<p><u>Indicador</u> (FNUAP, PNUD) Número de preservativos distribuídos <u>Referência</u> (2007): 30.000.000 <u>Alvo</u> (2010): 45.000.000</p> <p><u>Indicador</u>: Numero de PLWHIV assistido entre refugiados/requerentes de asilos e populacao emigrada <u>Referência</u>: 20 (2007) <u>Alvo</u>: 200</p> <p><u>Indicador</u>: Porcentagem de mulheres e homens em idade reprodutiva que dizem ter usado preservativo na sua última relação sexual <u>Referência</u>: 20% <u>Alvo</u>: 50%</p> <p><u>Indicador</u> (UNESCO, PNUD): Integração de temáticas acerca da prevenção do VIH/SIDA no currículo oficial das escolas secundárias públicas <u>Referências</u>: temáticas VIH/SIDA não integradas <u>Alvo</u>: temáticas VIH/SIDA integradas</p> <p><u>Indicador</u> (PNUD, FNUAP): Porcentagem de instalações de saúde que oferecem serviços de testagem e aconselhamento ao nível nacional <u>Referência</u>:84 unidades <u>Alvo</u>: 60%</p> <p><u>Indicador</u> (PNUD): Número de jovens (entre os 14--24 anos de idade) que praticam o sexo seguro <u>Referência</u>: 32,43% de 240,000 <u>Alvo</u>: 240,000</p>	<p>FNUAP: apoiar a) a integração de informação sobre Saúde Reprodutiva acessível aos adolescentes e jovens nas Unidades de Saúde ; b) a prevenção do VIH nas mulheres grávidas; e c): a compra e distribuição de preservativos e a promoção do seu uso (programação de preservativos)</p> <p>UNHCR: apoio a consciencialização em HIV/SIDA entre refugiados e requerentes de asilo e assistira os mais vulneráveis com acesso ao ART</p> <p>UNESCO: Dar apoio técnico ao Ministério da Educação e escolas de formação de professores e INIDE para o desenvolvimento das capacidades necessárias à promoção e implementação de uma política sectorial de VIH/SIDA, à integração do tema VIH no currículo escolar, e ao fornecimento de materiais e formação para professores</p> <p>OIM: Sensibilização sobre HIV nas áreas de retorno através de formação de activistas de HIV/SIDA</p> <p>PNUD: financiar estudos de conhecimentos, atitudes e práticas,, reprodução de material para informação, educação e comunicação sobre VIH/SIDA para os formadores nas escolas e universidades, formadores fora da escola, funcionários do MAPESS, e campanhas nos meios de comunicação. Distribuição de preservativos e compra de testes do VIH</p>	<p>FNUAP: USD 3,000,000</p> <p>UNESCO: USD 214,900</p> <p>UNHCR: USD 130,000 USD</p> <p>OIM: USD 600,000</p> <p>VNU: USD40,00 0</p> <p>PNUD</p>	<p>USD 1,000,000</p> <p>UNESCO: USD 1,500,000</p> <p>UNHCR: USD 400.000</p> <p>OIM: USD 600,000</p> <p>VNU: USD350,000</p>
	3.1.3. Reforçadas as autoridades nacionais de	<u>Indicador</u> (OMS): Número de doadores de sangue voluntários	OMS: continuar a apresentar normas, directrizes e ferramentas e a dar formação	OMS: USD	OMS: USD 40,000

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
	modo a garantir o abastecimento seguro de sangue e a estabelecer/melhorar os laboratórios de VIH nas 18 Províncias (OMS, PNUD)	<p>mobilizados por ano <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> n/d</p> <p><u>Indicador (OMS):</u> Porcentagem de Serviços de Sangue com sangue testado. <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> n/d</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de Bancos de Sangue equipados com testes, reagentes e outros equipamentos <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 45</p>	<p>sobre segurança do sangue aos técnicos de saúde</p> <p><u>PNUD:</u> dar formação aos funcionários dos bancos de sangue, reforçar a equipa de logística ao nível central, equipar os bancos de sangue, ajudar à reprodução e disseminação das normas/protocolo de selecção de dadores de sangue, e reforçar a supervisão e a avaliação de qualidade dos laboratórios e dos bancos de sangue</p>	<p>10,000</p> <p><u>PNUD</u> 2,383,436</p>	
	3.1.4 Acesso a tratamento ARV alargado a 50% das PVVIH e aumento da adesão aos tratamentos de 30% para 80% até 2013, número acrescido de serviços de TB capazes de lidar com questões relacionadas com o VIH (PNUD, OMS)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de adultos e crianças com SIDA a receber tratamento com ARV <u>Referência (2007):</u> 12.339 <u>Alvo (2010):</u> 63.000</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de províncias em que há uma parceria entre os serviços de tratamento ARV e a rede de PVVIH, de modo a melhorar a adesão ao tratamento <u>Referência:</u> 1 <u>Alvo:</u> 18</p> <p><u>Indicador (OMS):</u> Porcentagem de doentes com TB em Centros par Tratamento Ambulatório de Tuberculose sujeitos ao teste do VIH e aconselhados <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo (2009):</u> 80%</p>	<p><u>PNUD:</u> adquirir para o Ministério da Saúde 18 medicamentos diferentes para o tratamento de infecções oportunistas, 5 medicamentos diferentes para o tratamento de infecções sexualmente transmitidas, medicamentos ARV pediátricos, e ARV para adultos</p> <p><u>OMS:</u> formar e actualizar equipas de profissionais de saúde no tratamento adequado de pacientes co-infectados com TB e VIH</p>	<p><u>OMS:</u> USD 75,000</p>	<p><u>OMS:</u> USD 125,000</p>
	3.1.5 Reforçada a capacidade de prestação de cuidados e apoio, incluindo mais apoio psicológico e social às pessoas afectadas pelo VIH (PNUD, UNICEF)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Pessoas com VIH que recebem apoio psicossocial de organizações de base comunitária <u>Referência:</u> 6.747 <u>Alvo:</u> 30.000</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Proporção identificada de ONGs, Organizações de Base Comunitária, e Organizações Baseadas na Fé Religiosa com formação em protecção e cuidados para Crianças Órfãs vulneráveis)</p>	<p><u>UNICEF:</u> apoiar os parceiros no mapeamento das vulnerabilidades das crianças afectadas e assegurará que são prestados cuidados e apoio sustentáveis aos grupos vulneráveis identificados</p> <p><u>PNUD:</u> financiar as organizações de base comunitária (ONGs, org. de cariz confessional, comunidades de voluntários) com projectos de apoio aos cuidados</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 766,700</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 1,706,273</p>

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador - Referência - Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamental	
				Regular	Mobilizar
		<p><u>Referência:</u> &lt;10%</p> <p><u>Alvo:</u> 80%</p>	<p>domiciliários e divulgação de materiais às pessoas com VIH. Os cuidados domiciliários incluirão apoio psicossocial, apoio na adesão aos tratamentos e apoio nutricional; reforçar as redes de PVVIH ligadas a serviços clínicos, e financiar material didáctico sobre a importância do tratamento e prevenção entre as PVVIH.</p>		
<p>3.2 Reforçadas as políticas orientadas para as questões de género, e aplicadas nas 18 províncias de Angola abordagens com vista à redução do estigma e da discriminação</p>	<p>3.2.1 Estabelecida uma estratégia coordenada e implantados projectos operacionais para a redução do estigma e da discriminação contra as PVVIH e as populações em maior risco (ONUSIDA , PNUD, OIM, ACNUDH )</p>	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de projectos sobre discriminação desenvolvidos pelas Organizações da Sociedade Civil, incluindo a Rede de PVVIH. <u>Referência:</u> 0 <u>Alvo:</u> 20</p> <p>Número de actualizações ao Índice do Estigma e da Discriminação indicando uma mudança constante e positiva na discriminação contra as PVVIH. <u>Referência:</u> 0 <u>Alvo:</u> 5</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Quantidade de materiais distribuídos sobre prevenção do VIH, estigma e discriminação (incluindo em locais de trabalho) <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 16.000 materiais distribuídos</p>	<p><u>OIM:</u> apoio a sensibilização das comunidades para acolhimento dos retornados, reduzindo o estigma nas Províncias de Huambo, Kuando Kubango e Moxico.</p> <p><u>ONUSIDA:</u> financiar a aplicação, análise e divulgação do Índice do Estigma e da Discriminação</p> <p><u>PNUD:</u> Apoiar uma campanha nos meios de comunicação sobre as formas de transmissão e contra o estigma e a discriminação, divulgar material de informação, educação e comunicação em Português e nas línguas nacionais, levar a cabo seminários e sessões de formação sobre a prevenção do VIH, o combate ao estigma e à discriminação, as infecções sexualmente transmitidas e questões de género</p>	<p><u>OIM:</u> USD 300,000</p> <p><u>ONUSIDA</u> : USD 100,000</p> <p><u>PNUD:</u> (*)</p>	<p><u>OIM:</u> USD 300,000</p> <p><u>ONUSIDA:</u> USD 300,000</p>
<p><b>ODM 6:</b> Combate ao VIH/SIDA, malária e outras doenças</p>					

\* Obs: Orçamento do PNUD-GFATM para todas as actividades VIH referidas neste documento para 2009 e 2010: USD 55.123.000,00

\*\* : A contribuição do ONUSIDA reflecte a participação financeira das agências no Programa Conjunto

<b>Resultado 4 do UNDAF:</b>	Reforço do crescimento económico em prol dos pobres e duma gestão macroeconómica responsável, desenvolvimento rural integrado e gestão da energia e dos recursos naturais para promover a protecção ambiental, a eficiência energética e a adaptação às alterações climáticas
------------------------------	---

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador/Referência/Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamentária	
				Regular	Mobilizar
4.1 Governo nacional (e sub-nacional) em melhores condições para aproveitar e proteger os recursos naturais, a energia e o património ambiental, e promover a adaptação às alterações climáticas	4.1.1 Melhoradas as capacidades nacionais para a conservação dos recursos naturais e energia (PNUD, FAO, UNESCO, UNIDO)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de planos e relatórios estratégicos ambientais aprovados <u>Referência:</u> n/d <u>Alvo:</u> 7</p> <p><u>Indicador (UNESCO):</u> Desenvolvimento e implementação da Estratégia nacional para a DEDS <u>Referência:</u> não <u>Alvo:</u> sim</p> <p><u>Indicador (UNIDO):</u> Estabelecimento das Normas Nacionais de Gestão da Energia <u>Referência:</u> não estabelecida <u>Alvo:</u> estabelecido</p>	<p><u>PNUD:</u> apoio ao desenvolvimento da capacidade nacional para introduzir transversalmente o ambiente nos planos e programas nacionais de desenvolvimento</p> <p><u>FAO:</u> Apoio à implementação de leis de conservação ambiental, contribuir para o desenvolvimento institucional de capacidades para a conservação das florestas, apoio à concepção do programa para a promoção e desenvolvimento de bio combustíveis</p> <p><u>UNESCO:</u> Apoio à criação e operação de uma equipa nacional multi-disciplinar com vista ao desenvolvimento de uma estratégia nacional para a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, apoiar o estabelecimento de parcerias para a promoção de políticas, directrizes, quadros e convenções globais, regionais e nacionais com vista ao desenvolvimento sustentável dos pontos de vista sociocultural, ambiental e económico. Promover redes de jornalismo e investigação sobre questões de desenvolvimento sustentável e jornalismo científico</p> <p><u>UNIDO:</u> apoiar a melhoria do quadro político para a energia e o desenvolvimento e desenvolver as capacidades para a implementação das Normas Nacionais de Gestão da Energia</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 3,500,000</p> <p><u>FAO:</u> USD 1,282,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 50,000</p> <p><u>UNIDO:</u> USD 2,500,000</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 6,250,000</p> <p><u>FAO:</u> USD 2,500,000</p> <p><u>UNESCO:</u> USD 1,000,000</p> <p><u>UNIDO:</u> USD</p>
4.2 Os pobres e os vulneráveis contribuem para, e beneficiam do, desenvolvimento rural e do sector privado, de melhor	4.2.1 Progressos visíveis na prossecução dos ODMs e na redução da pobreza através de políticas públicas em prol dos pobres, do	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Incidência da pobreza <u>Referência:</u> [a definir no IBEP] <u>Alvo:</u> [a definir tendo em conta PDMP]</p>	<p><u>PNUD:</u> Contribuir para uma integração bem sucedida e competitiva de Angola no comércio regional e global</p> <p><u>PNUD:</u> apoio ao planeamento baseado nos</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 3,700,000</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 12,200,000</p>

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador/Referência/Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamentária	
				Regular	Mobilizar
acesso aos mercados, do desenvolvimento de capacidades comerciais, e do processo de integração regional para a prossecução dos ODMs em geral (UNDP, UNIDO, WFP, FIDA, FAO and OIM)	desenvolvimento do sector privado e melhor acesso aos mercados (PNUD)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Aumento das exportações não-petrolíferas <u>Alvo: 20%</u></p> <p><u>Indicadores (PNUD):</u> Situação do planeamento orientado para os ODMs <u>Referência:</u> não iniciado <u>Alvo:</u> concebido e em curso</p>	<p>ODMs que promova o crescimento inclusivo</p> <p><u>PNUD:</u> Apoio ao desenvolvimento de um sector privado em prol dos pobres e do empreendedorismo nacional</p> <p><u>IOM:</u> através do seu programa de estabilização das comunidades, promover o desenvolvimento do sector privado e as micro-empresas na áreas rurais nas Províncias do Kuando Kubango, Huambo e Moxico</p>		<u>IOM:</u> USD 1.500.000
	4.2.2 Autoridades com capacidade para promover e garantir as necessidades alimentares (FAO, UNIDO, PAM)	<p><u>Indicador (FAO):</u> Aumento da produção agrícola nos municípios com intervenção da FAO <u>Referência:</u> n /d <u>Alvo:</u> 80%</p> <p><u>Indicador (PAM):</u> Número de funcionários com formação na gestão de géneros alimentares para preparação e capacidade de resposta em caso de emergência <u>Referência:</u> 0 <u>Alvo:</u> 108</p> <p><u>Indicador (UNIDO):</u> Instalação de infra-estruturas de qualidade e segurança alimentar <u>Referência:</u> N/A <u>Alvo:</u> 2</p>	<p><u>FAO:</u> apoio ao desenvolvimento de capacidade institucional do MINADER, incluindo o reforço da investigação e desenvolvimento na agricultura; o desenvolvimento de um ambiente facilitador do ordenamento do território; a criação e divulgação de informações relevantes para a comunidade nas áreas rurais e para o desenvolvimento rural; o estabelecimento de mecanismos de controlo da segurança alimentar; a concepção e implementação da Estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional</p> <p><u>UNIDO:</u> apoio ao estabelecimento de mecanismos de controlo de segurança alimentar, e ao desenvolvimento de um centro-piloto de processamento agrícola</p>	<p><u>FAO:</u> USD 6,900,000</p> <p><u>UNIDO</u> 2,000,000.00</p>	<u>FAO:</u> USD 5,700,000

Resultados Previstos das Agências até 2013	Efeitos do Programa Nacional até 2013	Indicador/Referência/Alvo	Papel da Agência	Estimativa orçamentária	
				Regular	Mobilizar
4.3 Populações vulneráveis beneficiam da melhor concepção e implementação de políticas públicas para a /gestão de pós-crises e mitigação de catástrofes	4.3.1 Instituições nacionais com maior capacidade para formular e implementar rapidamente soluções e estratégias políticas (UNICEF, PNUD, FNUAP, FAO, OIM)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de planos de contingência criados para resposta a catástrofes nas províncias <u>Referência:</u> preparado 1 Plano Nacional de Preparação e Resposta a Catástrofes em 2007/8 <u>Alvo:</u> 9 planos provinciais</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Nº de sistemas de aviso prévio criados <u>Referência:</u> 1 <u>Alvo:</u> 5</p> <p><u>Indicador (FAO):</u> agriculture intensification and diversification <u>Baseline:</u> 10% annual increase <u>Target:</u> 100% increase in 5 years</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Porcentagem de populações afectadas que recebem socorro de emergência nas primeiras 48 horas após o declarar da emergência <u>Referência:</u> menos de 50% <u>Alvo:</u> 80%</p>	<p><u>UNICEF:</u> Apoio técnico, financeiro e de compras para preparação e resposta a catástrofes</p> <p><u>PNUD:</u> Desenvolvimento de capacidades para criar estratégias e programas nacionais sobre o risco de catástrofe e sua redução, e promoção do diálogo entre as partes interessadas</p> <p><u>FAO:</u> Contribuir para a diversificação e intensificação agrícola de forma a reduzir o impacto da subida dos preços dos produtos alimentares</p> <p><u>FNUAP:</u> Fornecimento de kits de emergência em saúde reprodutiva às populações vulneráveis durante as situações de crise e catástrofes</p> <p><u>IOM:</u> Assistência técnica para planeamento de contingência, organização de formação</p>	<p><u>UNICEF:</u> USD 0</p> <p><u>PNUD:</u> USD 726 ,000</p> <p><u>FAO:</u> USD 500,000</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 100.000</p> <p><u>IOM:</u> USD 10,000</p>	<p><u>UNICEF:</u> De acordo com a emergência</p> <p><u>PNUD:</u> USD 1,000,000</p> <p><u>FAO:</u> USD 2,500,000</p> <p><u>FNUAP:</u> USD 100.000</p>
	4.3.2 Instituições nacionais com maior capacidade para combater o tráfico de seres humanos e gerir o problema das armas de pequeno porte e as acções de desminagem (PNUD)	<p><u>Indicador (PNUD):</u> Existência de um plano estratégico contendo incentivos positivos para as comunidades se empenharem na recolha e entrega das armas ligeiras e de pequeno porte em posse ilegal <u>Referência:</u> não existe nenhum plano estratégico <u>Alvo:</u> existência de um plano estratégico</p> <p><u>Indicador (PNUD):</u> Número de áreas minadas de impacto médio remanescentes <u>Referência:</u> 650 <u>Alvo:</u> 300</p>	<p><u>PNUD:</u> Apoio ao desenvolvimento de capacidades das autoridades nacionais para a gestão e controlo das armas ligeiras e de pequeno porte; Apoio ao desenvolvimento de capacidades das autoridades nacionais de desminagem</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 1,800,000</p>	<p><u>PNUD:</u> USD 8,000,000</p>
<p><b>ODM 1:</b> Erradicar a pobreza extrema e a fome <b>ODM 7:</b> Assegurar a sustentabilidade do meio ambiente</p>					